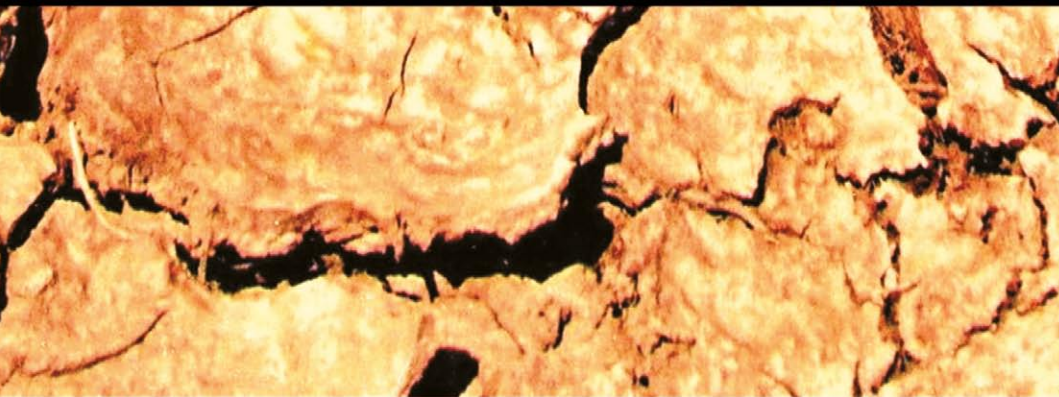




DOCUMENTOS DA CONFERÊNCIA REGIONAL DO  
**Partido Operário Revolucionário**  
NORDESTE / JANEIRO DE 2015



- O desenvolvimento do capitalismo no Nordeste
- A economia da região Nordeste
- Estrutura política atual do Nordeste
- A questão agrária no Nordeste
- Movimento Operário no Nordeste



# Índice

1. Apresentação .....	03
2. O desenvolvimento do capitalismo no Nordeste .....	05
3. A economia da região Nordeste.....	15
4. Estrutura política atual do Nordeste .....	25
5. A questão agrária no Nordeste .....	33
6. Movimento operário no Nordeste .....	47
7. Resolução da Conferência Nordeste.....	57



# 1. Apresentação

Os documentos publicados no presente folheto foram elaborados para a Conferência Regional do Partido Operário Revolucionário do Nordeste, ocorrida em janeiro de 2015. Trata-se, sem dúvida, de um avanço importante na construção do partido-programa, na medida em que expressam a assimilação da história, do desenvolvimento econômico, da formação e transformação das classes sociais e da luta entre elas. Sintetizam a experiência e o esforço da militância para pôr em pé essa importante ferramenta política, o partido proletário, sem a qual é impossível a conquista do poder pela classe operária, amparada na maioria explorada, a transformação das relações de produção, a resolução das tarefas democráticas pendentes (analfabetismo, questão agrária, desenvolvimento da indústria, rompimento com imperialismo) e a construção do socialismo.

A região Nordeste é parte do desenvolvimento histórico, econômico e político do capitalismo semicolonial no Brasil, marcado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado. Significa dizer que a economia e a realidade social brasileira é parte da economia mundial e que a sua industrialização ocorre sob o controle do capital financeiro internacional dos mais importantes ramos da produção econômica, na fase imperialista do capitalismo, caracterizada pela decomposição, por guerras, revoluções e contrarrevoluções. Portanto, o Nordeste reflete esse desenvolvimento desigual e combinado, de modo que convivem e se

articulam dialeticamente as mais avançadas formas das relações de produção capitalistas (indústria, técnica moderna e relações de assalariamento) com relações pré-capitalistas, atrasadas, de produção e trabalho.

Uma conclusão fundamental dos documentos é que, lado a lado com o atraso, o desemprego, a miséria, a exploração do trabalho, os efeitos nefastos da estiagem, aparece uma indústria altamente concentrada em algumas poucas regiões metropolitanas e em algumas cidades interioranas, sem alterar essencialmente o caráter desigual e combinado do capitalismo no país, nem o processo de concentração industrial na Região Sul-Sudeste. A transferência de alguns capitalistas e empresas para o Nordeste se dá em razão da política de incentivo fiscal do Estado e governos, além da existência de uma mão de obra farta e barata, se comparada com outros centros industriais, em que a classe operária e os demais assalariados estão mais organizados. Por outro lado, o poder político e econômico das oligarquias só se reforça, inclusive com o financiamento das campanhas políticas pelas empresas atraídas pelos incentivos fiscais.

Os governos petistas se mostraram completamente impotentes diante do atraso econômico e político da região Nordeste e do poder das oligarquias. Em vez de superar essa realidade, reforça-a com as alianças do PT com as velhas oligarquias (representadas, sobretudo, pelo PMDB de Sarney, Calheiros e Cunha). O PT já demonstrou a sua falência histórica, política e programática. Só a constituição de um governo operário e camponês, como fruto da Revolução Proletária, será capaz de romper o atraso, desenvolver harmonicamente as forças produtivas e resolver as tarefas históricas próprias do capitalismo atrasado e do Estado semicolonial. A militância porista saiu fortalecida da Conferência do Nordeste e melhor preparada teórica e politicamente para os desafios da luta de classes. Entregamos esse folheto aos explorados e à sua vanguarda classista, objetivando fortalecer a construção da direção revolucionária. Esperamos que o conhecimento da realidade e a elaboração programática cumpram esse objetivo.

*Abril de 2015.*

*Coordenação Nordeste.*

## 2. O desenvolvimento do capitalismo no Nordeste

1. O Nordeste, como parte da economia nacional, se distingue pelo atraso em relação às regiões Sudeste e Sul em que a industrialização expressa o elevado desenvolvimento capitalista. As relações burguesas de produção convivem imersas com relações semimercantis e de produção de subsistência. O baixo desenvolvimento das forças produtivas, predominantes em extensas áreas de agricultura tradicional, coexiste, lado a lado, com a moderna produção nos restritos centros industriais localizados no litoral e em algumas cidades do interior. A presença de formações pré-capitalistas, heranças do passado colonial, marca profundamente a região. A lei do desenvolvimento desigual e combinado está na base dos profundos desequilíbrios regionais do País. A incorporação do Brasil ao mercado mundial na condição de colônia portuguesa, a formação pré-capitalista inicial e a posterior dependência ao imperialismo determinaram o seu atraso geral e a estrutura econômico-social em que entrelaçam regiões extremamente atrasadas com as altamente adiantadas. As forças motrizes das transformações econômicas advindas do exterior (metrópoles colonialistas), que impulsionaram a produção e o mercado nacional, determinaram original-

mente a forma do desenvolvimento em ilhas de produção regionalizadas, que por um bom período não tinham vínculos entre si e que, tardiamente, tiveram sua integração, constituindo um rarefeito mercado interno, profundamente dependente do mercado mundial. Tal é o substrato para uma compreensão materialista das desigualdades do desenvolvimento brasileiro.

2. A colonização portuguesa no início do século XVI introduziu um modo de produção colonial escravagista integrado às relações mercantis. Os indígenas tiveram de pagar o preço da empresa colonizadora com massacres e a destruição do seu primitivo modo de existência. A produção açucareira no litoral, montada com o trinômio monocultura, latifúndio e trabalho escravo tinha como *locus* o engenho e como chefia os arrendatários da nobreza portuguesa. O caráter *sui generis* desta produção escravagista estava na sua dependência para com as relações mercantis dominantes do mercado europeu. A esfera da produção, nas colônias, dominada por relações escravagistas, combinava-se, até então, com a da circulação, nas metrópoles, predominantemente mercantil. O litoral baiano e pernambucano destacaram-se como regiões produtoras e a instalação da primeira capital em Salvador refletia a importância do açúcar para a economia da época. A economia de subsistência e a pecuária extensiva, como atividades econômicas novas na colônia brasileira, nasceram apenas como atividades suplementares e, portanto, paralelas à empresa açucareira com vistas a sua manutenção e em total dependência dela.

3. A ocupação do território deu-se, a princípio, sob a forma de colonização privada (capitanias hereditárias) e só mais tarde cedeu lugar à estatal (Coroa portuguesa). A terra, propriedade do estado português era adquirida sob a forma de concessão. O sistema das sesmarias, enormes lotes de terra concedidos aos senhores de engenho para a produção do açúcar, foi o embrião do domínio latifundiário posterior. Com a expansão da pecuária para o interior do sertão e o início do ciclo do couro, abre-se o espaço para

a consolidação do latifúndio em todo o Nordeste. A charqueada e o comércio da carne darão origem aos primeiros núcleos urbanos do interior. Tais núcleos urbanos, entrepostos comerciais para as rotas do couro e do charque, tinham um caráter completamente adverso dos núcleos urbanos europeus que serviam de polo aglutinador de oficinas artesanais/manufatureiras. Por isso não passaram de incipientes localidades. Não poderiam ser o centro de um variegado comércio local já que as manufaturas eram proibidas e todo seu consumo importado. A inexistência da pequena produção camponesa e a produção dos gêneros de primeira necessidade nos próprios latifúndios, em terras destacadas especialmente para este fim, também foram fundamentais para o raquítico desenvolvimento do sertão.

4. A posse sobre as grandes propriedades de terra, sobre o trabalho escravo e o engenho deu origem às oligarquias, caracterizadas pelo domínio absoluto no campo político e econômico nos limites da localidade, do município ou da região. As relações entre o coronel e seus trabalhadores subordinados (vaqueiros, jagunços, sertanejos, etc.) eram de semisservidão e de violento domínio patriarcal. Relação de dominação afrouxada apenas pelas secas que provocavam colapso na produção e brutal dispersão por meio da imigração de flagelados. O poder político oficial era assegurado pela indicação como capitão-mor local, ouvidor-mor ou capitão-mor governador (no caso das capitanias, mais tarde províncias). Onde houvesse vilas estabeleciam-se as Câmaras Municipais com os chamados homens bons (ricos proprietários). O Capitão-mor local, também chamado coronel assegurava um domínio muito além das relações de exploração econômica e costumava definir o destino pessoal de seus comandados. A manutenção do coronelismo e do domínio econômico do engenho eram tão imperativos que após a morte do patriarca, em vez de divisão de herança, caberia ao filho mais velho assumir a chefia e comandar o engenho e a família. A lenta e incompleta transição do Nordeste para o capitalismo levou a que o po-



der dos coronéis se conservasse, metamorfoseando-se com o entrelaçamento ao capital financeiro internacional. Eis as razões para os fortes traços oligárquicos da burguesia e proprietários de terra regionais.

5. A escravidão negra foi uma solução mercantil para a colonização do Brasil. A escravização da população indígena não serviu de base para a implantação do sistema mercantil de produção. A experiência demonstrou que a força de trabalho dos nativos não se disciplinava como a dos negros trazidos da África. Os indígenas organizados em várias nações, embora opondo feroz resistência ao invasor branco, foram, em grande parte, física e culturalmente dizimados com ajuda da catequese jesuíta. Os negros eram trazidos da África, sob as bênçãos da Igreja, e utilizados no lucrativo tráfico sob monopólio português. No Nordeste, eram trazidos diretamente apenas para Bahia e Pernambuco e de lá vendidos às capitânicas próximas. Os escravos negros, cujo número final aproximou-se de 3,6 milhões, constituíam a maioria da população e eram utilizados nas mais variadas funções, de serviços domésticos a trabalho no campo. A resistência ao brutal tratamento imposto pelos senhores de engenho incluía a fuga, o assassinato de grandes proprietários, a formação de quilombos, cujo mais famoso foi o de Palmares (AL), e revoltas, como a dos *Malês*, em Salvador. A revolução industrial inglesa diminuiu a importância do uso do trabalho braçal em larga escala. Criaram-se, no Brasil, as condições para a substituição da escravidão pelo trabalho assalariado. O Império teve de ceder ante a pressão do movimento abolicionista, da exigência inglesa, das revoltas negras e abolir o tráfico (Lei Eusébio de Queiroz/1850) e o trabalho escravo (Lei Áurea/1888). O fato de ter sido o Brasil o último país independente das Américas a abolir a escravidão formal mostra o quão dependente estava de arcaicas relações de produção. Em alguns estados, a exemplo do Ceará, a abolição foi antecipada em razão do baixo número de escravos da província (reflexo do pouco desenvolvimento agropecuário), que diminuiu ainda mais com a venda destes às províncias

mais ricas que se ressentiam da falta de mão de obra com a proibição do tráfico negreiro. A abolição da escravatura, portanto, não ocorreu como fruto da rebelião dos escravos negros, negros alforriados, brancos pobres e mestiços contra a propriedade oligárquica. Obra da nobreza e de uma fração da própria oligarquia aburguesada do Sudeste contra a vontade de grande parte dos decadentes senhores de engenho do Nordeste, a dita 'libertação' não conduziu a outra coisa senão à escravidão informal. Os negros, nas poucas cidades nordestinas, rapidamente se converteram em legiões de pobres e moradores de casebres na periferia. No campo, os negros, libertos e sem acesso à terra, também vegetavam entre a pobreza e a subserviência aos coronéis.

6. As lutas e movimentos liberais, separatistas, republicanos e populares que estouraram no Nordeste no século XIX (especificamente entre 1808 – chegada da família real portuguesa ao Brasil – e o início do II reinado) resultaram da crise econômica causada pela decadência do açúcar. As crises políticas com golpes e derrubada de governos provinciais, bem como as disputas entre as frações oligárquicas sob a forma de conflitos, ora entre monarquistas e republicanos, ora entre liberais e conservadores expressavam o esgotamento econômico da *plantation* açucareira. Tais movimentos, mais acentuados no Nordeste, explicam-se por sua decadência frente a outras regiões como o Sudeste, que viveria o ciclo do ouro e do café. As disputas pelo poder político nas províncias entre as frações oligárquicas expressavam sua divisão entre a centralização monárquica e o federalismo republicano. As instabilidades políticas conjunturais, o violento deslocamento de proprietários de terra do poder e a crise que levavam fome e desespero ao povo pobre provocavam revoltas pontuais, nas quais parte das oligarquias arrastava as massas de trabalhadores e escravos na luta contra seus adversários, incluindo o governo imperial. O fracasso dos movimentos separatistas republicanos (Revolução Pernambucana de 1817, Confederação do Equador de 1824) evidenciou o ra-

quitismo da aristocracia regional e a impossibilidade de colocar-se como direção de um movimento de libertação dos escravos. Não poucas vezes, a participação dos trabalhadores livres e escravos da cidade fazia recuar os líderes oligárquicos, que declaravam a ruptura com o movimento. A pequena burguesia nascente, que também se pôs à frente de levantes regionais, com seu ideário semiliberal, desvinculado das reivindicações das massas, também fracassou, incapaz de formular um programa de emancipação radical (Revolução Praieira, 1848). Onde a massa dos explorados conseguiu aderir aos movimentos liberais ou foi chamada a intervir em grandes conflitos interoligárquicos, ameaçando, porém, ultrapassá-los e forçando a aceitação de reivindicações radicais, provocou a ruptura das lutas e muitos foram entregues aos carrascos (Balaiada 1838-1841). A ausência de desenvolvimento capitalista, a fraqueza das cidades e, com elas, da pequena burguesia (advogados, jornalistas, cadetes do exército, etc.), a dispersão dos escravos, a inexistência de movimento camponês, impossibilitavam que qualquer revolta adquirisse o conteúdo de revolução burguesa. A unidade entre os explorados de então (escravos, alforriados, pequenos camponeses, brancos pobres, mestiços, etc.), sob a direção de uma pequena burguesia, que defendesse a expropriação dos latifundiários, o fim da escravidão, a república, a igualdade de direitos, a liberdade de expressão, etc. não podia se realizar diante dessas condições objetivas.

7. Os movimentos ditos ‘messiânicos’, a exemplo de Canudos na Bahia e Caldeirão no Ceará expressaram a reação pacífica e instintiva dos sertanejos miseráveis à opressão dos coronéis e às bárbaras condições de vida (fome, violência, peste), que se agravavam com as secas periódicas. De conteúdo utópico-religioso e tendo conseguido em algumas localidades implantar a exploração comunal do solo, tais movimentos não contestavam a grande propriedade latifundiária nem visavam a organização dos camponeses para a sua expropriação. Tais são as razões de seu fracasso, que demonstraram a impossibilidade da convivência

pacífica com as oligarquias e terminaram, quase sempre, em grandes massacres, ocasionados pelo cerco e repressão dos coronéis. O cangaço, que, a seu modo, constituía igualmente uma reação ao violento domínio latifundiário, especialmente em épocas de secas, era marcado por métodos de saqueio, sequestros, assaltos e assassinatos. Os grupos de cangaceiros, de reduzido número, não possuíam pretensão de liderança camponesa, nem possuíam conteúdo de classe e utilizavam-se dos saqueios como modo de vida. Por isso, era comum tanto o confronto entre oligarcas e grupos de cangaceiros, quanto a contratação destes para prestarem serviços a certos coroneis.

8. O lugar do Nordeste na transição do sistema colonialista escravocrata ao capitalismo se deu mais tardia e incompletamente. Observa-se a resistência das formas pré-capitalistas de produção. Ao contrário do Sudeste, que experimentava ascensão econômica com o ciclo do ouro e, mais tarde, com o café, no Nordeste, a principal atividade econômica se esgotou na fase predatória de domínio da Coroa lusitana. Toda a riqueza obtida com a atividade açucareira acabou absorvida pela metrópole portuguesa. O boom da produção algodoeira teve, em parte, sorte similar, o que refletiu na dificuldade de uma acumulação primitiva de capital para o financiamento de atividades manufatureiras. Os estados mais ricos do Nordeste - Bahia e Pernambuco - distinguiram-se dos demais por terem mais recursos. O Nordeste definitivamente se colocava na dependência econômica do Sudeste/Sul, que, com os abundantes recursos da exportação do café, apresentava um desenvolvimento mais dinâmico sob o comando de uma oligarquia ainda mais poderosa (barões do café).

9. O desenvolvimento de uma classe burguesa no Nordeste tem sua origem nas atividades comerciais, especialmente a do algodão. Ao contrário do desenvolvimento capitalista clássico, em que a burguesia europeia surge nas cidades manufatureiras, em oposição à aristocracia latifundiária do campo, no Nordeste do final do século XIX, o nascimento da burguesia não ocorre vinculada à oligar-

quia que, cada vez mais, se envolve com as atividades comerciais e se aburguesa. Esta oligarquia aburguesada, forma arcaica e particular de evolução para uma burguesia autêntica, impossibilitava, por sua vez, a resolução do problema da terra (concentração fundiária) e conservava relações de semisservidão no campo (o voto de cabresto, etc.). O aumento da produção algodoeira no final do século XVIII e meados do século XIX, para abastecer a crescente indústria têxtil inglesa, que teve problemas de abastecimento com a guerra de independência americana e a guerra de secessão, favoreceu principalmente os estados do Nordeste (em especial o Maranhão). A comercialização do algodão nos portos de Recife, Salvador, Fortaleza e outras cidades criou as condições para uma maior urbanização. Junto ao algodão, o café, que também passa a ser cultivado em alguns estados, entre os quais o Ceará, impulsionou a implantação das primeiras ferrovias, a exemplo da estrada de ferro Baturité (EFB), que neste último estado, serviu de escoadouro para o café da região serrana de Baturité. Na segunda metade do século XIX, as principais capitais experimentavam a inauguração de bonde de tração animal, iluminação pública, telégrafos, navegação a vapor para a Europa, fundação de institutos de educação, bibliotecas públicas, agremiações literárias e científicas, que atestavam o início do desenvolvimento burguês. As primeiras instituições bancárias começavam a vicejar e as primeiras indústrias, datadas da última década do século XIX, nasciam vinculadas à abundante matéria prima algodoeira com vistas a seu beneficiamento. O aparecimento deste incipiente setor não apresentava, todavia, condições para mudar o sistema agroexportador e de matérias-primas.

10. O proletariado nordestino nasce no final do século XIX junto às primeiras fábricas têxteis e de outros ramos (sabão, cigarros, calçados, bebidas, chapéus, etc.), todos ainda com fortes traços artesanais e de pequeno porte. Em alguns estados, o número de operários não ultrapassava duas centenas embora, já nessa época, registrem-se as primeiras greves, a exemplo da greve dos ferroviários

da EFB no Ceará, em 1891. Os operários nordestinos, ao contrário do ocorrido no Sudeste/Sul, praticamente não tiveram recrutamento entre os imigrantes europeus, mas basicamente entre os negros e os mestiços. As primeiras organizações operárias (associações) além de fracas numericamente, em virtude do peso ainda expressivo dos artesãos nas atividades manufatureiras, eram influenciadas ora pela Igreja, ora pela maçonaria. No Ceará, as primeiras agremiações partidárias (Partido Operário em 1890, o Centro Artístico Cearense em 1904, Círculo Operário Católico, de 1915, o Partido Socialista Cearense de 1919), embora denunciasses as péssimas condições de trabalho e salário, eram arrastados pela maçonaria a apoiar frações da oligarquia em disputa. É a partir do impulso industrializante da era Vargas, e, mais particularmente, com a criação de polos industriais concentrados, na segunda metade do século XX, em algumas áreas metropolitanas, em especial no recôncavo baiano, que o proletariado aumentará seu peso e importância social.

11. O desenvolvimento altamente desigual entre as regiões impõe que, a manutenção da centralização federativa, tenha de ser imposta pela fração burguesa mais poderosa que se destacou no Sudeste/Sul. O fracasso do nacionalismo burguês em solucionar os desequilíbrios regionais, atestados pela insignificante participação do Nordeste no PIB nacional em torno de 14%, por sua baixa renda per capita (40% da do Sudeste) e pelo enorme percentual da população fora do mercado, expressam o desenvolvimento tardio e semicolonial do capitalismo brasileiro no quadro do domínio mundial imperialista. Os projetos nacional-desenvolvimentistas impulsionados pela fração nacionalista da burguesia, no caso do Nordeste, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram incapazes de promover o desenvolvimento harmônico das forças produtivas nacionais e expressaram sua fraqueza perante o domínio monopolista do capital estrangeiro. A solução para os desequilíbrios e a carência de desenvolvimento industrial regional só poderá encontrar com a

destruição do capitalismo, através da revolução social e da expropriação do conjunto da burguesia nacional pelo proletariado. Apenas o governo operário-camponês poderá libertar o País do saque imperialista, expropriar o latifúndio, destruir o poder da burguesia e das oligarquias, pôr fim às travas ao desenvolvimento nacional harmônico e promover uma verdadeira integração nacional em bases de um avançado plano econômico-social.

### 3. A economia da região Nordeste

1. A economia da Região Nordeste é parte da estrutura econômica brasileira, que, por sua vez, é condicionada pelas leis de desenvolvimento da economia capitalista mundial, em sua fase de decomposição imperialista. O Brasil foi incorporado à divisão social do trabalho internacional na condição de fornecedor de matérias-primas e produtos agropecuários ao mercado europeu e importador de seus produtos manufaturados. No final do século XIX, o Brasil deu os primeiros passos à produção industrial. Somente a partir de 1930, quando o capitalismo mundial consolidou a sua fase imperialista, a indústria brasileira ganhou impulso. No entanto, o País não superou a sua condição de exportador de matérias-primas e produtos agropecuários. Não teve como romper com a divisão social do trabalho, condicionada pelos monopólios e capital financeiro internacional;

2. A burguesia brasileira, por sua associação como sócio menor da burguesia imperialista e à grande propriedade latifundiária não é capaz de romper com o controle das forças produtivas internas pelas potências estrangeiras e resolver as tarefas democrático-burguesas pendentes, como a questão agrária, com o fim do latifúndio e entrega das terras aos camponeses, a conquista da soberania nacional, o rompimento com os monopólios imperialistas,



o controle das fontes de matérias-primas, a superação do analfabetismo e dos desequilíbrios regionais. Essas tarefas do capitalismo semicolonial, no qual está inserida a economia da Região Nordeste, passaram definitivamente às mãos do proletariado revolucionário, apoiado na maioria nacional oprimida (campesinato, classes médias arruinadas), como parte da revolução proletária, que terá de conjugar a resolução das tarefas democrático-burguesas às tarefas propriamente socialistas (expropriação da burguesia, planejamento econômico nacional e o monopólio do comércio exterior, além do controle operário da produção);

3. A economia brasileira é marcada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado. Significa dizer que, em plena fase de decomposição capitalista, a economia do país conjuga as formas mais avançadas das forças produtivas e do desenvolvimento capitalista (técnica, indústria e organização do trabalho) com as formas mais atrasadas de caráter pré-capitalista (latifúndio, atraso econômico e técnico, trabalho servil e em situação de escravidão), expressas nos mais profundos desequilíbrios regionais. Historicamente, o desenvolvimento industrial tem se concentrado em algumas regiões do país, em particular nas regiões Sudeste e Sul. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste permanecem mergulhadas no mais profundo atraso das forças produtivas industriais, dependentes, em grande medida, do pequeno comércio e do setor de serviços. Em se tratando do Nordeste, a indústria, de forma rarefeita, concentra-se em algumas regiões metropolitanas próximas às grandes capitais e em poucas cidades interioranas. De maneira geral, no lugar de diminuir, os desequilíbrios regionais só se aprofundam entre as regiões brasileiras, de modo que o Estado e governos capitalistas têm sido incapazes de desenvolver harmonicamente as forças produtivas nacionais;

4. A Região Nordeste, desde o princípio da exploração colonial pela metrópole portuguesa, passando pelo império até chegar à implantação das relações de produção capita-

listas no país, cumpriu o papel de fornecedor de matérias-primas e produtos agropecuários não só às metrópoles, mas, com o desenvolvimento capitalista do país, às indústrias implantadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Foi assim com a produção de açúcar a partir do século XVI na região da Zona da Mata nordestina, em grandes propriedades e com o emprego de mão de obra escrava, a partir da qual se levantaram aglomerações urbanas como Salvador, Olinda e Recife. A produção de açúcar nos engenhos nordestinos foi acompanhada pela pecuária extensiva de corte, dominante até o século XVIII. Com a crise do ciclo de produção de açúcar e o deslocamento das atenções para a extração mineral em Minas Gerais, aumentaram os desequilíbrios regionais, agravados no século XIX e XX pela estiagem e pela miséria dos pequenos produtores rurais, acossados pelo latifúndio. Apesar de um surto da produção de algodão (cottonicultura) no século XIX e do cacau nas quatro primeiras décadas do século XX, particularmente na Bahia, o fato é que a economia nordestina conviveu com o mais profundo atraso: involução da indústria canavieira, presença de pequenas e médias indústrias para atender as necessidades regionais, pequena produção camponesa para suprir a subsistência familiar, particularmente nas cidades interioranas;

5. A acumulação do capital proporcionada pela expansão da produção cafeeira no século XIX, a política de substituição de importações e os fortes investimentos a partir da década de 1930 criaram as condições para um desenvolvimento industrial, condicionado pelos fluxos de capitais internacionais. Com o desenvolvimento do capitalismo e o processo de industrialização, sob controle dos monopólios internacionais nos principais ramos da produção (automotivo, autopeças, elétrico, químico) e com a concentração da indústria nas regiões Sudeste e Sul, evidenciaram-se as determinações da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Em 1907, São Paulo participava no produto industrial do País com 16,5%; Rio de Janeiro, 33,1%; Minas Gerais, 4,8%; Rio Grande do Sul, 14,9% e

os demais estados, incluídos os do Nordeste, somavam ao todo 30,7%. Esse processo de concentração industrial, comercial e bancária no Sul e Sudeste só aumentou nas décadas seguintes. Em 1920, SP, 31,5%; RJ, 20,8%; MG, 5,5%; RS, 11%; outros estados, 30,2%. Os censos industriais de 1919 e 1949 indicam taxas médias anuais de crescimento industrial de 7,9% em São Paulo e de 5,4% para o resto do país;

6. Sob o argumento de promover o desenvolvimento econômico das regiões mais atrasadas do país e superar os desequilíbrios regionais, os governos burgueses, particularmente do chamado nacional-desenvolvimentismo, criaram programas de desenvolvimento regional e órgãos de operacionalização da política de desenvolvimento governamental em regiões como Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Em se tratando da Região Nordeste, ainda em 1909, criou-se a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), posteriormente transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), cujo objetivo era adotar políticas de infraestrutura para oferta de água para a população do Agreste e Semiárido, pela construção de reservatórios. No governo de Juscelino Kubitschek (JK) criou-se um grupo de planejamento, que deu origem em 1959, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que se propunha formular e aplicar políticas de desenvolvimento industrial regional e de superação dos desequilíbrios em relação às regiões Sul e Sudeste. Também foram criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do São Francisco (SUVALE), depois substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e o Fundo Interinstitucional do Nordeste (FINOR). Realizaram-se investimentos com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e a da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Nos anos 1970, foram criados os Polos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste, entre os quais: Açú/Mossoró (RN), Alto Piranhas (PB), Bacia Leiteira de Alagoas (AL), Baixo Jaguaribe (CE), Oeste Baiano (BA), Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Sul de

Sergipe (SE), Sul do Maranhão (MA) e Uruçuí-Gurguéia (PI). Não obstante, a tendência à concentração não parou de crescer no período de 1950 a 1980. Em 1970, por exemplo, SP participava da produção industrial do país com 54%; RJ, 17%; MG, 6%; RS, 6,7%; outros estados, 16%. Em 1980, SP, 60%; RJ, 15%; MG, 10%; RS, 5,5% e outros estados, inclusive os do Nordeste, 9,5%;

7. Os governos procuraram atrair certos setores capitalistas para a Região Nordeste por meio de incentivos fiscais, promessa de mão de obra barata e acesso a fontes de matérias-primas. Portanto, um atrativo para o capital industrial, comercial, bancário e de serviços, além dos capitais investidos no setor da agricultura capitalista. Nos anos 1990, ocorreu um fluxo de capitais para a Região Nordeste, investidos em montadoras de veículos, fábrica de calçados (do RS), além de outros ramos como a indústria têxtil e de confecções (de SP). Dados dos anos de 1970 a 1997 indicam um fluxo de capital para a Região Nordeste, entretanto, a concentração da indústria na Região Sudeste manteve-se alta. Levando-se em conta a sede das 500 maiores empresas instaladas no país, os dados indicam que SP concentrava em 1973, 63,4% do total; 1994, 51,4%; 1997, 50,8%; RJ, em 1973, concentrava 20,2%; 1994, 13,8%; 1997; 13%; RS, em 1973, 4,4%; 1994, 7,8%; 1997, 8,2%. Quanto à Região Nordeste, a Bahia concentrava do total de empresas acima 1,6% em 1973; 4,8%, em 1994; 3,4%, em 1997; Ceará, em 1973, 0,1%; 1994, 3,2%; 1997, 4%. Os demais estados das cinco regiões detinham em 1973 apenas 2,3%; 1994, 3,2%; 1997, 4%. A Região Nordeste como um todo aumentou a sua participação na produção industrial brasileira no período de 1970/1990 de 5,7% para 8,4%, em grande medida por causa do crescimento industrial na Bahia, cuja participação na produção industrial no mesmo período passou de 1,5% para 4%, chegando a deter 50% de toda a produção industrial da Região Nordeste até os anos 1990. Dados de 1985/1995 indicam uma participação média da produção industrial nordestina no PIB nacional de 12,7%. Em termos de parti-

cipação da indústria na estrutura econômica do Nordeste, em relação ao PIB da região, no período de 1985/1995, correspondeu a 38,2% em 1985, caindo para 31,2% em 1995. Embora tenha crescido a participação do Nordeste no conjunto da indústria nacional, em relação aos demais setores diminuiu relativamente a sua participação no PIB da região. Nos demais setores da economia do Nordeste, no período de 1985/1995, observam-se taxas de crescimento nas atividades financeiras, energia elétrica, abastecimento de água, comércio, atividades de serviço, transporte e construção civil, em algumas delas taxas superiores à média nacional. O setor de serviços, por exemplo, aumentou a sua participação na estrutura econômica nordestina de 47,4% para 54,5%. Entretanto, setores como agropecuária e extrativista mineral tiveram uma queda no mesmo período: a pecuária reduziu sua participação de 30,5% para 9,1%; a agricultura participou em média com 14%;

8. Apesar das transformações observadas na economia da Região Nordeste nas últimas décadas, é necessário constatar que a indústria continua concentrada na Região Sul e Sudeste relativamente ao restante do país e, no caso das indústrias da região nordestina, opera um processo de concentração industrial em determinadas áreas metropolitanas, próximas às capitais e grandes cidades e, de maneira rara, em cidades do interior dos estados. Na verdade, são apenas quatro grandes áreas econômicas: a primeira, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, onde se concentra a maior parte da produção industrial nordestina, produto dos incentivos fiscais do governo federal e estaduais. No caso do Ceará, o polo têxtil de confecções se localiza na maior parte na região metropolitana de Fortaleza, além do polo calçadista de Sobral-CE. Na Bahia, destacam-se, sobretudo, o Polo Petroquímico de Camaçari e o ramo de metal-mecânica. Na região metropolitana do Recife, aparecem as empresas manufatureiras de bens finais e intermediários nos ramos de fiação, tecelagem, metal-mecânica, química, papel e celulose, destacando-se o complexo industrial portuário de Suape; a segunda área

é a chamada Zona da Mata, que envolve a produção de açúcar nos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas. Também se sobressaem a atividade de turismo em Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, do cacau e do fumo, além da exploração de madeira e o turismo na Bahia; a terceira área é a do semiárido, por meio da agricultura de subsistência, com baixa produtividade, conjugada com a pecuária extensiva; a quarta área é composta dos chamados polos de irrigação de Açu-RN, Corredeiras do São Francisco-BA e Sertão do São Francisco-PE, por meio de uma produção agrícola industrial;

9. Dados mais atuais sobre a composição percentual do PIB dos estados em relação ao conjunto da Região Nordeste e, deste, em relação ao PIB do Brasil indicam o seguinte: a participação da Bahia na formação do PIB do Nordeste passou de 31,1% (1995) para 31,3% (2009); Pernambuco, de 19,1% para 17,9%; Ceará, de 16,2% para 15%; Rio Grande do Norte, de 5,8% para 6,4%; Maranhão, de 7,5% para 9,1%; Piauí, de 4,2% para 4,3%; Paraíba, de 6,1% para 6,6%; Alagoas, de 5,5% para 4,9%; Sergipe, de 4,5% para 3,13% no mesmo período. Observa-se que a Bahia continua tendo uma maior participação em termos de formação do PIB na Região Nordeste numa proporção muito acima dos demais estados, excetuando talvez Pernambuco. Em termos dos dados nacionais, a participação das regiões na formação do PIB do país é a seguinte: Sudeste, 55,4%; Sul, 16,5%; Nordeste, 13,5%; Centro-Oeste, 9,3%; Norte, 5,3%. As tendências concentracionistas continuam operando não só nacionalmente, como regionalmente, não se conseguindo desenvolver harmonicamente as forças produtivas nacionais e na Região Nordeste. Os desequilíbrios próprios da economia capitalista se tornam cada vez mais presentes na economia nordestina.

10. Nas últimas décadas, o agronegócio avançou de maneira concentrada em algumas regiões e cidades, expulsando os pequenos produtores rurais e famílias camponesas de suas terras. Ao lado da grande propriedade de terra, base da estrutura fundiária brasileira, o agronegócio

se apoia na produção agrícola e de matérias-primas para o atendimento do mercado externo. É, por sua vez, controlado pelos grandes monopólios capitalistas do agronegócio, com forte penetração do capital financeiro internacional. Os estados que apresentam maior crescimento do agronegócio são: Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Entre os produtos presentes na pauta de exportação do agronegócio no Nordeste estão: cereais, leguminosas e oleaginosas (46,3%), e nichos da produção vegetal (7,6%). A pequena produção familiar e as famílias camponesas são acoçadas tanto pelo avanço do agronegócio quanto pelas consequências da estiagem. Estima-se que a seca de 2012/2013 matou quatro milhões de animais, 1.200 municípios decretaram estado de emergência.

11. A pauperização das massas trabalhadoras, os baixos salários, a superexploração da força de trabalho, a expulsão de camponeses, o avanço da grande propriedade de terra e do agronegócio demonstram o fracasso da política reformista do nacional-desenvolvimentismo. E, mais recentemente, do Partido dos Trabalhadores (PT), não só no que se refere ao suposto desenvolvimento econômico equilibrado e à superação das disparidades existentes entre as regiões do Brasil, mas também em relação à melhoria das condições de vida e trabalho do conjunto dos assalariados (entre os quais se encontra o proletariado urbano e rural), do campesinato e da classe média arruinada. O programa “Bolsa Família”, uma reedição dos programas assistencialistas mantidos pelo governo de FHC, pretende atender à população de baixa renda, considerada pelas estatísticas do governo como vivendo em extrema pobreza. O governo federal repassou em torno de 25 bilhões de reais para o Bolsa Família em 2013, no total de R\$164,7 bilhões nos últimos dez anos. 51% dos beneficiários do programa são da Região Nordeste. Trata-se de uma soma de recursos irrisória se comparada aos gastos com os sistemas financeiro e bancário nacional e internacional. Para se ter uma ideia, o governo gastou em 2014 quase 42% de todo o orçamento para pagamento de juros e amortizações da dívi-

da pública, em torno de um trilhão de reais. Em meio à crise capitalista, os programas assistencialistas dos governos sequer tocam na raiz da exploração e da crescente pauperização das massas. Demonstram, sobretudo, o fracasso do reformismo petista e sua incapacidade de resolver os problemas que afetam a vida e as condições de trabalho da classe operária e demais explorados;

12. As conclusões fundamentais sobre a economia da região Nordeste são: a) é produto do desenvolvimento desigual e combinado da economia do Brasil como parte da economia capitalista mundial; b) continua a cumprir, apesar das transformações econômicas das últimas décadas na economia nacional e regional, o papel de fornecedor de matérias-primas e produtos agropecuários ao mercado mundial e, no caso da pequena produção mercantil, ao mercado interno; c) a Região Nordeste aumentou a sua participação na produção industrial nacional, sem contudo alterar substancialmente a alta concentração no Sudeste/Sul. Seguindo a tendência nacional, agigantou-se a participação dos setores do comércio e de serviços no PIB da região; d) a industrialização ocorre de maneira concentrada nas regiões metropolitanas das capitais e em algumas cidades do interior; e) as tentativas do nacional-desenvolvimentismo e dos governos petistas fracassaram no que se referem ao desenvolvimento das forças produtivas da Região Nordeste e à superação dos desequilíbrios regionais; f) por meio de um governo operário e camponês - expressão da ditadura de classe do proletariado -, como produto da revolução proletária, será possível superar os desequilíbrios regionais, desenvolver harmonicamente as forças produtivas nacionais e tirar o Nordeste da situação de atraso e penúria.





## 4. Estrutura política atual do Nordeste

1. Enquanto o Brasil fazia suas primeiras experiências com o desenvolvimento da indústria, a Europa já vivia a sua fase de capitalismo monopolista. No Brasil, a lei de desenvolvimento desigual e combinado manifesta-se nas contradições entre as regiões Sul e Sudeste com as forças produtivas altamente desenvolvidas (técnica, indústrias e organização do trabalho) e outras, a exemplo do Nordeste, com persistência de relações pré-capitalistas como latifúndio, atraso econômico e técnico e trabalho servil. Essas contradições expressam os desequilíbrios regionais no país.

A concentração de terras no Nordeste, assim como em todo o restante do país, se deu desde a colonização portuguesa a partir da concessão das sesmarias. Mesmo com o fim do Império e instalação da República conservaram-se as bases econômicas, pilar de sustentação do poder político das oligarquias: o latifúndio. No Império (1822-1889) dois partidos (Liberal e Conservador) controlavam e se revezavam no poder, sendo que nenhum tinha ligação com as massas. Na República, surgiram partidos regionalizados, defendendo os interesses das oligarquias provincianas. A manutenção e avanço da concentração de terras no Nordeste fortaleceram e mantiveram as oligarquias fundiárias que ainda hoje se revezam no poder do Estado.

2. A região Nordeste preserva relações sociais oligárqui-

cas, decorrentes do seu capitalismo atrasado e sua economia combinada. É diante dessa realidade econômica que as velhas oligarquias perpetuam seu poder político. Do Golpe Militar (1964) à redemocratização, nada ocorre sem que as oligarquias determinem as regras do jogo político.

As ações de combate à seca no Nordeste (Inspeção de Obras Contra as Secas – 1909, DNOCS – 1945) foram entregues nas mãos das oligarquias que se beneficiavam com frentes de trabalho e construção de açudes em suas próprias fazendas. Não diferente é a Transposição do Rio São Francisco (iniciada em 2006 pelo governo Lula/PT) controlada pelos políticos oligarcas da região. As oligarquias também se beneficiaram com a limitada e concentrada industrialização realizada com incentivos e subsídios estatais (como foi o caso da SUDENE – 1959) ao capital nacional e estrangeiro em algumas regiões metropolitanas, dominando setores da economia.

No Nordeste, apesar da alternância entre os partidos, estes sempre expressam os interesses das oligarquias. É o que observamos ao analisar os dados das eleições aos governos estaduais:

	AL	BA	CE	PB	PE	MA	RN	PI	SE
1983/87	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS
1987/91	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PFL
1991/95	PSC	PFL	PSDB	PMDB	PFL	PFL	PFL	PFL	PFL
1995/99	PMDB	PFL	PSDB	PMDB	PSB	PFL	PMDB	PMDB	PSDB
1999/2003	PSB	PFL	PSDB	PMDB	PMDB	PFL	PMDB	PMDB	PSDB
2003/2007	PSB	PFL	PSDB	PSDB	PMDB	PFL	PSB	PT	PFL
2007/2011	PSDB	PT	PSB	PSDB/ PMDB	PSB	PDT/ PMDB	PSB	PT/ PSB	PT
2011/2015	PMDB	PT	PROS	PSB	PSB	PMDB	DEM	PSB/ PMDB	PMDB
2015/2019	PMDB	PT	PT	PSB	PSB	PCdoB	PSD	PT	PMDB

O quadro comprova que desde as primeiras eleições para governo em plena ditadura, o Nordeste foi controlado pelas oligarquias da antiga Arena. Na primeira eleição, com o processo de transição à redemocratização, o PDS (âncora de sustentação da ditadura militar) passa a governar to-

dos os estados. O processo se inverte na eleição posterior quando o PMDB conquista o executivo da maioria dos estados nordestinos, com exceção de Sergipe. Esses partidos são instrumentos dos grandes latifundiários que detêm o poder econômico. A alternância de partidos, a exemplo da família Sarney (PMDB/PFL), serve para garantir a perpetuação no poder político. A chegada do PT ao controle do Estado não foi fruto do rompimento ou combate a essas oligarquias, pelo contrário, significou a sua adaptação.

Um breve mapeamento das oligarquias nordestinas comprova seu controle político da região:

Alagoas:

Collor	Lindolfo Collor: dep. Federal 1923-30; Arnon de Melo (1951-1983)
	Fernando Collor de Melo, ex-presidente do Brasil cassado e atual senador.
Vilela	Teotônio Vilela: dep. Estadual 1955-59 (Arena/PDS), vice-governador 1961-66 (UDN), senador 1967-83 (Arena)
	Teotônio Vilela Filho senador na Assembleia Nacional Constituinte em 1998, senador 1987-2006 e governador dois mandatos 2007-2015 (PSDB-PMDB).
Calheiros	Olavo Calheiros Novais: filiado ao PMDB pai de Renan Calheiros (ex-presidente do senado pelo PMDB).
	Renan Calheiros Filho atual governador de Alagoas.

Bahia:

Magalhães	Francisco Peixoto Magalhães: dep. na Assembleia Nacional Constituinte de 1934.
	ACM, dep. estadual em 1954 e por três vezes deputado federal, em 1958, 1962 e 1966., governador bionico entre 1971-1983, e eleito em 1991. Senador de 1995 a 2007
	ACM Jr. suplente do pai 2001-2003, 2007-2010.
	ACM Neto dep. federal (PFL) 2003-2007, reeleito em 2006 e atual prefeito de Salvador.

Ceará:

Gomes	José Euclides Ferreira Gomes: conhecido como coronel, foi prefeito de Sobral 1891-1892
	Ciro Gomes governador (PSDB) 1991/1994, ministro em 1994 e 2007-2010
	Cid Gomes dep. Estadual 1991/1996, prefeito de Sobral em 1997-2005 (PSDB) e governador 2007-2014 e atual ministro do governo Dilma. Cid Gomes já foi filiado ao PMDB,PSDB,PPS,PSB e atualmente PROS.

Jereissati	Carlos Jereissati: dep. Federal em 1955/1963, senador em 1963
	Tasso Jereissati governador do Ceará por três vezes em 1987/1990, 1995/1998,1999/2002, senador (PSDB) 2003/2011, reeleito atualmente como senador.

Maranhão:

Sarney	José Sarney: dep. Federal 1956/1966
	Roseana Sarney dep. Federal em 1991/1994, senadora em 2003/2009 e governadora por 04 mandatos foi filiada ao PFL e hoje ao PMDB
	Sarney Filho dep. Estadual (Arena) em 1978, dep. Federal em 1982,1986,1990,1994,1998,2002,2010, 2015.
Lobão	Edison Lobão: dep federal (Arena) 1979/1987, senador em 1988, 1991/1994, governador 1991/1994, senador 1995/2019 Edison Lobão Filho suplente do pai no senado, e concorreu na ultima eleição (PMDB) para governador, perdendo para o PCdoB.

Paraíba:

Cunha Lima	Ronaldo Cunha Lima, Dep. estadual entre 1963-1969 (PTB); prefeito de Campina Grande pelo MDB, cassado pela ditadura (1969), eleito para novo mandato entre 1983-88. Governador 1991-1994; senador de 1995 a 2003; dep. federal de 2003-2007. Em 2001 saiu do PMDB e ingressou no PSDB.
	Ivandro Cunha Lima senador (MDB) em 1977/1983, dep federal (PMDB) 1991/1999 e em 2010 eleito 2º suplente do senado
	Cassio Cunha Lima, filho de Ronaldo, dep. constituinte em 1988, dep. federal em 1995/1996, prefeito de Campina Grande 1989/1993, 1996/2002 (PMDB), governador (PSDB) 2002/2010, Cássio Cunha Lima dep. Federal 1987/1988, 1995/1996, prefeito de Campina Grande em 1989/1992, 1997/2000, 2001/2002, atual senador.
Velloso Borges Ribeiro	Manoel Velloso Borges, dep. federal em 1933 e senador, em 1935, pelo Partido Progressista. Articulador da “Revolução” de 1930.
	Seus filhos: Virginio, senador em 1953 e Aguinaldo Velloso Borges, deputado estadual por duas vezes, usineiro, integrante do “grupo da várzea”, mandante de assassinato de líderes camponeses. Enivaldo Ribeiro (PP-PB), filho de Aguinaldo, prefeito de Campina Grande 1976-83, dep. estadual constituinte de 1987 a 1991 pelo PDS (Partido Democrático Social), eleito dep. federal a partir de 1995, pelo PPB (Atual PP), reelegeu-se por várias vezes até 2006.
	Aguinaldo Ribeiro (PP), filho de Enivaldo, dep estadual 2003-2010; eleito dep. federal em 2010 e 2014, foi nomeado Ministro das Cidades por Dilma entre 2012 e 2014. Sua irmã, Daniela Ribeiro, foi eleita em 2014 como deputada estadual.

Figueiredo / Vital do Rego	Argemiro Figueiredo, dep. estadual 1929, governador em 1935 e interventor da Paraíba entre 1936 e 1940; deputado constituinte em 1946; senador pela UDN (1954) e reeleito em 1962. Passou pelo PTB e filiou-se ao MDB 1964.
	“Major” Veneziano Vital do Rêgo, dep. estadual em Pernambuco 1950-1958.
	Antônio Vital do Rego, Dep. Estadual entre 1959 e 1963 pelo PSD e cumpriu três mandatos como Dep. Federal, 1963-1967 e 1967-1969 (UDN), 1991-1995 (PDT). Casou-se com a sobrinha de Argemiro Figueiredo.
	Vital do Rego Filho (Vitalzinho), sobrinho neto de Argemiro, e neto do ex-governador Pedro Godim, foi dep. estadual por 3 mandatos de 1995-2007; dep. federal de 2007 a 2011; senador de 2011-2014, atualmente é Ministro do TCU. Seu irmão, Veneziano, foi prefeito de Campina Grande entre 2004-2012; e foi eleito dep. federal em 2014.

Pernambuco:

Coelho	Clementino de Souza Coelho (Coronel Quelê) assumiu subprefeitura de Petrolina 1913/1927, grande empresário da indústria de tecido
	Fernando Filho deputado federal reeleito de 2006/2019 (PSB).
Arraes	Miguel Arraes: governador (PST) em 1963/1964
	Ana Arraes eleita deputada federal em 2006 e 2010/20014, mãe de Eduardo Campos ex-candidato a presidência da republica (PSB).

Piauí:

Portela	com destaque ao ex-governador Petrônio Portela após sua morte família não garante cargos políticos.
---------	---

Rio Grande do Norte:

Alves	Aluizio Alves: deputado federal em 1946/1961, 1967/1969, governador 1961/1966
	Henrique Alves dep. Federal (MDB) 1971/1983, 1983/2014 (PMDB)
	Carlos Eduardo Alves (PSB) prefeito de Natal 2002/2009, 2012/2016.
	João Agripino de Vasconcelos Maia: dep. Estadual na Paraíba em 1915/1930
Maia	José Agripino Maia prefeito de Natal (Arena) 1979/1982, governador (PDS) 1983/1986, 1991/1994 (PFL), senador 1994/2010, 2010/2019
	Felipe Maia, filho de José Agripino, deputado federal reeleito.

Sergipe:

Franco	Walter Prado Franco dep. Assembleia Nacional Constituinte (1946), senador 1946/1955
	Augusto Franco Neto dep. Federal (PSDB).

3. O controle das oligarquias nordestinas não tem se limitado apenas à concentração fundiária, uma vez que alguns oligarcas são grandes empresários, como, por exemplo, a família Magalhães (BA), dona da OAS (empresa beneficiada com as obras da Copa e concessionária dos estádios construídos na BA, RS, RN, CE); Jereissati (CE), dona do setor imobiliário Iguatemi, que atua, além do Nordeste, no Sul e Sudeste; Maia (RN), donos de empresas de abastecimento, de transportes e combustíveis.

No último período, o Norte e o Nordeste têm sido regiões procuradas pelas grandes empresas imperialistas. Com uma grande quantidade de mão de obra barata e com garantia de subsídios dos governos, empresas como P&G, Samsung, Honda e outras se instalam, garantindo a estas mesmas oligarquias a sua perpetuação através de apoios e financiamentos eleitorais. Diante do peso exercido pelas oligarquias originadas no latifúndio no controle do poder político, não se pode vislumbrar uma perspectiva de mudança na estrutura política da região sem que haja uma transformação na questão da propriedade privada da terra. Sem a destruição do latifúndio agrário a região irá permanecer no seu atraso econômico, político e cultural.

### *Os partidos de esquerda no Nordeste*

4. O PCB cumpriu um destacado papel político na região Nordeste no final da chamada República Velha e no período de Vargas, sobretudo em Pernambuco, no movimento sindical e, principalmente, camponês, organizando as Ligas Camponesas que se extinguíram em 1948. Em 1935, a direção do PCB organizou conspirativamente uma tentativa de levante no interior das Forças Armadas. Em 1946, após o período da clandestinidade, o PCB se potencializou eleitoralmente, elegendo uma bancada com quatro parlamentares do Nordeste, três deles eram de Pernambuco. O PCB, em Pernambuco, contraiu várias alianças eleitorais, com a UDN, PSB e PTB para eleição de Cid Sampaio para governador em 1958, considerado progressista. No Rio Grande do Norte, o PCB também se aliou com seto-

res das oligarquias, apoiando Aluizio Alves, do PSD, eleito governador em 1960, também considerado como um progressista. Os estalinistas foram do ultraesquerdismo aventureiro ao deslavado oportunismo eleitoral.

Em vários estados da região, o PCB realizou alianças com setores das oligarquias, considerados “progressistas” para fortalecer a sua tática eleitoral. Antes do golpe de 64, o PCB já tinha consolidado sua intervenção em importantes setores da classe operária como os ferroviários do Rio Grande do Norte e Ceará e outras categorias de trabalhadores. As caracterizações do estalinismo de que havia um setor progressista da burguesia impediram o PCB de defender a independência política da classe operária e desenvolver um programa independente de combate às oligarquias. Com o processo de integração à democracia e apoio a governos burgueses, bem como com os reflexos da crise internacional do estalinismo, o PCB acabou se cindindo em 1962, com a criação do PCdoB, seu principal herdeiro político de tradição estalinista. Após o golpe militar e a falência do nacional-reformismo, o PCB se fragmentou em várias organizações.

5. 4. Na maioria dos estados que constitui a região Nordeste o Partido dos Trabalhadores - PT nasceu vinculado à pequena burguesia. O reformismo petista se fundamenta numa suposta crítica às oligarquias e na chamada distribuição de renda. O PT não possui um programa capaz de atingir as estruturas econômicas e sociais que mantêm o poder político das famílias tradicionais. As relações políticas do coronelismo e do clientelismo permanecem inalteradas no tempo devido ao fato de que o Nordeste não atravessou transformações econômicas que modifiquem a essência das relações entre as classes sociais. Para chegar ao poder político do estado por meio da tática eleitoral e com seu palavreado reformista, o PT teve de se submeter às oligarquias e contrair alianças eleitorais com elas para eleger alguns parlamentares. De certa forma, o PT herdou a tradição política do PCB de compor alianças com setores das oligarquias considerados progressistas.



Por meio de grandes alianças eleitorais com partidos ligados às oligarquias, principalmente o PMDB, o PT conseguiu eleger vários prefeitos na região Nordeste, inclusive governadores como Jaques Wagner na Bahia e senadores como Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte, expressando um aburguesamento e oligarquização do partido.

6. 5. O PSTU e o PSOL não possuem inserção na classe operária do Nordeste, mas dirigem segmentos do funcionalismo público. O PSTU defende um socialismo abstrato e atua nas eleições defendendo reformas no capitalismo nos limites de medidas administrativas. A construção da CSP-Conlutas e a fragmentação de sindicatos têm servido a seus interesses eleitorais bem como à política de controle aparelhista, constituindo uma burocracia sindical de esquerda. Suas intervenções no movimento sindical estão submetidas à tática eleitoral. A negação da defesa da revolução e ditadura proletárias, única forma de combater e derrotar as oligarquias põe o centrismo na rota de adaptação à democracia burguesa parlamentar-eleitoral.

O estalinismo e o reformismo se mostraram impotentes em combater e derrotar as oligarquias agrárias, e assim libertar o Nordeste da miséria e exploração capitalista, o que só será possível com a construção do partido-programa, que por meio da revolução proletária irá construir o governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

## 5. A questão agrária no Nordeste

1. O problema da terra no Nordeste brasileiro está marcado, por um lado, pela presença do latifúndio arcaico ligado ao mercado capitalista, assim como da produção capitalista moderna, incluindo o domínio monopolista, e por outro, pelo profundo atraso pré-capitalista, representado pela agricultura de subsistência. Apresenta-se, de maneira geral, sob a forma de domínio de grandes propriedades de terra, convivendo lado a lado com milhões de minifúndios de agricultura familiar. O choque entre a tendência à concentração de terras nas mãos de capitalistas e oligarquia latifundiária aburguesada e a resistência camponesa, com suas reduzidas parcelas, constitui a principal contradição no campo. Formas modernas e arcaicas se entrelaçam para caracterizar a agricultura do Nordeste, que reflete, com particularidades, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro.

2. A estrutura agrária profundamente concentrada da região tem sua origem na colonização portuguesa de capitâneas hereditárias, que introduziu a produção açucareira e a criação extensiva de gado no interior. Os engenhos de açúcar ocuparam quase todo o litoral do Nordeste (zona da mata) com o sistema da monocultura (produção de um único gênero agrícola) e trabalho escravo em extensas áreas de terra, doadas pelos donatários da Coroa como

sesmarias. Estas últimas foram a base para a concentração de terra no latifúndio tradicional, assegurando a formação de uma classe de senhores de engenho. Os ricos proprietários introduzem o arrendamento como forma de aumentar sua riqueza e submeter os colonos. O aumento da população rural e o bloqueio do acesso à terra para trabalhadores livres resultou na crescente e permanente pobreza no campo. A substituição do regime de concessão para o de compra (Lei de Terras -1850), após a independência do País, serviu para manter subjugados os pobres do campo, mais tarde engrossados pelos escravos libertos. Os camponeses, sem meios de produção, ficaram à mercê da oligarquia coronelista. A ocupação sucessiva de áreas em direção ao sertão para a pecuária bovina estendeu a forma latifundiária do litoral para toda a região e manteve o predomínio da grande propriedade sobre a pequena. Esta, que surge ao lado do latifúndio exportador, atém-se à produção de gêneros de primeira necessidade para o consumo local. O trabalho escravo foi utilizado, como ocupação marginal, tanto no litoral quanto no sertão, para esse tipo de produção.

3. O sistema de concessões de terras, implantado pioneiramente no Nordeste pela metrópole portuguesa, o uso do trabalho escravo de negros africanos e a inexistência de mercado interno configuraram a produção agrária colonial como pré-capitalista. O saque da metrópole portuguesa, consorciada com a holandesa sobre a colônia atrasada, retardou o desenvolvimento econômico posterior da colônia, em especial de sua região açucareira fincada no Nordeste. A apropriação da renda obtida com as vendas do açúcar (tornado o principal produto econômico colonial) na Europa pelas metrópoles dificultou a acumulação primitiva de capital concentrada na região. A decadência da economia açucareira, ocorrida a partir do século XVIII e, com ela, a falência dos engenhos, acentuou a necessidade de setores da oligarquia aferrarem-se à posse da terra. A indústria açucareira, sob pressão da concorrência externa, retrocedeu e teve concentração da produção nas mãos

dos oligarcas mais poderosos. A renda, cada vez menor, da produção açucareira concentrou-se em poucas mãos e empurrou parte dos latifúndios a atividades menos rentáveis como criação de gado, plantio de novos gêneros agrícolas, (algodão, cacau, etc.), que tiveram um curto florescimento. No Nordeste, a passagem da forma pré-capitalista de produção para a capitalista plena não se completou, nem se completará na atual etapa de decadência imperialista. Essa transição, que levou ao predomínio das relações burguesas, foi extremamente lenta no Nordeste, se comparada ao mesmo processo ocorrido no Sudeste/Sul. O acentuado atraso econômico-cultural, a indescritível pobreza das massas, a vida rural caduca mantiveram como manifestações do passado colonial.

4. A herança pré-capitalista/colonial do latifúndio, a penetração do capital monopolista e a luta pela sobrevivência de milhões de camponeses conformam a estrutura agrária atual do Nordeste. A predominância nela dos pequenos produtores atomizados é substancialmente maior que em qualquer outra região do Brasil. Tomando-se como base o tamanho das propriedades de 1 a 100 hectares, que caracteriza a pequena produção, são 2,1 milhões de pequenas propriedades agrárias, num universo de 2,3 milhões de proprietários gerais ou 94%. A sorte destes pequenos proprietários, porém, dispendo de apenas 1/3 das terras ou 24 milhões de hectares num universo de 75 milhões existentes no Nordeste, revela o quanto a oligarquia se conserva como obstáculo para o avanço das forças produtivas do campo. Por sua vez, a tendência concentracionista no campo, ditada pelas leis econômicas do capitalismo, se expressa na situação das grandes propriedades agrárias (superiores a 1000 ha) situadas no extremo oposto da estrutura fundiária, que somando menos de meio por cento, em número de proprietários, controlam igualmente 1/3 das terras. Oito mil grandes proprietários detendo em suas mãos tantas terras quanto dois milhões de camponeses.

5. O latifúndio tradicional – com suas características

de baixa produtividade, plantio de culturas tradicionais, pouco uso de técnicas modernas, baixo nível de capitalização, emprego precário e semiescravo da força de trabalho e submissão dos trabalhadores ao mando pessoal – ainda marca profundamente a estrutura agrária no Nordeste, apesar da penetração da empresa capitalista. As oligarquias representam uma transição inacabada da classe dos antigos proprietários de terra coloniais/senhores de engenho para a classe dos capitalistas modernos. Conservando ainda uma de suas características coloniais, a aspiração ao controle familiar de toda vida política e social da localidade, chocam-se com os interesses mais elementares dos explorados e as aspirações democráticas das classes médias. Sua simbiose com o Estado capitalista, que domina regionalmente, permite negociar a partir dele seus interesses com as frações burguesas dominantes do Sudeste.

6. O desenvolvimento das relações burguesas de produção no campo foi exógeno; iniciou como vínculo ao mercado capitalista para depois promover um processo de transformação ulterior na própria produção latifundiária, o que não significou que tenham deixado sua característica parasitária, uma vez que passam a viver da renda da terra extraída não apenas de pequenos arrendatários e meeiros, mas, cada vez mais, de grandes empresários capitalistas. Com os surtos de industrialização, embora limitados, a crescente urbanização e o predomínio da cidade sobre o campo, o poder das oligarquias sobre a economia do Nordeste foi reduzindo-se paulatinamente. Em parte, sucumbiram e deram passagem a uma classe de capitalistas empresariais; em parte, aburguesou-se investindo em outros empreendimentos não agrícolas, conservando parte de suas características tradicionais. A marcha da penetração do capital financeiro no campo os subordinou aos monopólios nacionais (Sudeste) e internacionais (imperialismo).

7. A penetração dos monopólios imperialistas no campo, por meio do chamado agronegócio, tem modificado a estrutura agrária da região. No Nordeste, dado o recente

desenvolvimento de suas atividades, o capital estrangeiro e os capitais regionais a ele associados, como agronegócio, tem um peso econômico inferior ao verificado no Centro-Sul. A velocidade de seu crescimento tem manifestado, porém, a tendência acelerada de sua ampliação. O agronegócio expandiu-se rapidamente nos últimos anos, passando a controlar as áreas de maior fertilidade e produtividade agrícola, as maiores fatias de créditos, as exportações de commodities e a ditar o ritmo de modernização no campo. Sua presença age no sentido de aumentar a concentração de terras e agudizar o conflito com pequenos e médios produtores, obrigados a lutar pela manutenção de sua área plantada. No Nordeste, a agropecuária dominante, porém, ainda é ligada à tradicional produção comercial. Está marcada pelo vínculo dos produtores com o mercado regional e não mundial (consequência de sua baixa capitalização ou fraqueza de desenvolvimento capitalista), pelo seu peso na ocupação de pessoal e pela capacidade de geração de renda local. Dessa forma, assegura momentaneamente maior importância econômica relativa frente ao recém-implantado agronegócio de capital estrangeiro. Todavia, a forte penetração do capital imperialista, como agronegócio, e o rápido domínio estabelecido sobre áreas estratégicas da agropecuária mostram a fragilidade e dependência dos capitais nacionais/regionais perante este último.

Entre as formas mais comuns de dependência encontram-se as da subordinação pela via do arrendamento, a venda de terras, a associação e participação acionária nas empresas. Os estados do Nordeste, sem exceção, se comparam com a presença monopolista. As microrregiões de Gerais de Balsas (MA), Alto Parnaíba Piauiense (PI), Baixo Jaguaribe (CE), Mossoró (RN), Vale do Açu (RN), Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Barreiras (BA) se tornaram zonas de controle do agronegócio estrangeiro. Sua dinâmica segue a lógica de todo desenvolvimento de fora para dentro: potencializa setores e áreas de seu interesse, marginalizando regiões e ramos produtivos não atrativos, que permanecem atrofiados, mas com ele entrelaçando-se numa rela-

ção econômica de interdependência e desigualdade.

8. O capital internacional penetrou nas áreas rurais de maior potencial lucrativo e as vinculou ao mercado mundial, modernizou a técnica e os equipamentos, desenvolveu setorialmente suas forças produtivas, enquanto relegou as demais microrregiões, sem interesse econômico, a vegetarem em seu próprio atraso pré-capitalista. A última palavra da técnica moderna encontra sua aplicação nos empreendimentos dirigidos por elas: colheitadeiras e semeadeiras mecânicas, agricultura de precisão, armazenagem e transporte de ponta. As principais corporações monopolistas presentes nestas microrregiões (Bunge, Cargill, Del Monte) passaram rapidamente a dirigir a exploração no ramo de papel e celulose, no complexo sulcrocroleiro, no cultivo de soja e frutas tropicais, além de fibras e produtos têxteis. Os monopólios, em alguns ramos, têm estabelecido o controle de toda a cadeia produtiva desde a preparação da safra à industrialização e exportação dos gêneros processados.

A força econômica de suas corporações tem imposto a associação ou mesmo a submissão dos antigos produtores locais, comprando diretamente suas instalações e ampliando a desnacionalização tanto da terra quanto da escassa agroindústria local. As fusões e aquisições têm se ampliado. Os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará são os que mais têm sentido esses efeitos, por serem os que o agronegócio tem maior peso. Na Bahia, que responde pela metade do agronegócio do Nordeste, a entrada em ação dos capitais financeiros no sudoeste (Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães) levou a uma radical modificação nos latifúndios tradicionais com a presença de modernas fazendas de soja para exportação. O agronegócio tem modificado a pauta de exportação dos estados e ampliado a descapitalização. A via de “desenvolvimento capitalista” do agronegócio em ilhas de produção modernas na região não possibilita o desenvolvimento harmônico das forças produtivas no campo e age contra as condições de existência de milhões de camponeses miseráveis. A fase imperialista

tornou os capitais mais voláteis e agigantou o parasitismo financeiro. Os monopólios do agronegócio migram de uma região para outra (o que inclui de um país para outro) em busca de maiores vantagens, lucros e benefícios fiscais deixando ao estado o ônus fiscal da reparação de áreas florestais devastadas, o esgotamento do solo e contaminação com uso intensivo de venenos. A bandeira de nacionalização da terra e expropriação do agronegócio sob o controle operário, assim como a de um plano de desenvolvimento agroindustrial integrado das lavouras, deve ser agitada pelos revolucionários junto aos explorados do campo.

9. A concentração da posse da terra, do crédito e dos meios de produção implica necessariamente a concentração da propriedade das fontes hídricas. O fenômeno natural da estiagem na região semiárida do Nordeste tem castigado desde longa data os camponeses e as massas de forma geral. A oligarquia latifundiária protege-se da seca com a acumulação de recursos hídricos, preparada desde há muito, seja por meio da construção particular de reservatórios e açudes em suas terras com recursos estatais, seja por meio da apropriação dos programas governamentais de combate à seca, destinados a socorrer povoados em situações de calamidade no sertão. Os pequenos produtores e minifundiários, por sua vez, perdem não apenas as reservas necessárias para a produção agrícola no período de safra como também veem minguar as reservas necessárias para a sua própria sobrevivência pessoal e de sua limitada pecuária familiar. As estatísticas têm demonstrado que os recursos hídricos disponíveis no conjunto dos reservatórios regionais são suficientes para o abastecimento humano e os investimentos produtivos agropecuários. A sua posse em poder da oligarquia ou do estado burguês, que os utiliza para satisfazer o agronegócio e pô-los a disposição deste último ou de projetos capitalistas urbanos consumidores de grande volume de água mostra que a inacessibilidade às fontes hídricas é um problema político e social.

A estiagem prolongada possui um histórico de incrível



devastação sobre os milhões de camponeses e sertanejos. A seca de 1745 foi acompanhada de grande desnutrição infantil; a de 1808 provocou a morte por fome de mais de 500 camponeses na região pernambucana do rio São Francisco; a seca de 1824 foi acompanhada de epidemia de varíola; a de 1877 dizimou cidades e elevou os índices migratórios em direção à Amazônia e outros estados a níveis nunca vistos; a de 1878 obrigou a intervenção do Império na construção de açudes. Já na República, as secas dos anos 1920 e 1930 levaram o governo do Ceará a criar campos de concentração para deter camponeses que migravam em massa em direção à capital. A estiagem agrava a fome e a subnutrição, já existentes e originadas das relações agrárias. O flagelo da seca, volta e meia, é usado para obscurecer o problema da concentração de terra e água nas mãos das oligarquias/burguesia. Não faltam os que culpam a irregularidade das chuvas e o baixo índice pluviométrico regional pela pobreza do Nordeste. A extrema dependência do regime de chuvas para o plantio de gêneros agrícolas e a criação de animais, não apenas para os pequenos minifúndios, mas também para pequenos arrendatários e meeiros atesta o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas da região. O uso intensivo de técnicas sofisticadas, de maquinário moderno e programas de irrigação é a condição para o desenvolvimento econômico nas condições do clima semiárido, o que é inacessível aos milhões de camponeses. A pequena produção é por isso duplamente inviabilizada: pela seca, que exige dela esse desenvolvimento técnico para tornar-se produtiva e a qual ela não tem acesso, e pela pequena escala de sua produção que a torna não competitiva em relação aos grandes produtores. Observa-se assim a lei da concentração da propriedade da terra e da desintegração da pequena produção na fase monopolista do capitalismo, acentuada pela particularidade geográfica da estiagem.

10. A burguesia e suas frações no comando do Estado estiveram divididas quanto ao problema da seca. Para a burguesia nacionalista dos anos 1950/60 e seus governos

(Vargas, Goulart) o problema da seca só encontraria solução no quadro do desenvolvimento econômico do Nordeste. Esta fração chegou a tocar a raiz dos desequilíbrios inter-regionais da formação histórica do capitalismo no Brasil, contudo sem tirar de suas análises as conclusões necessárias. Para ela, a tarefa central estava em industrializar e modernizar o Nordeste. Criou programas governamentais de incentivo industrial e subsídio fiscal. A fundação da SUDENE, sob a inspiração dessa fração e de seus teóricos, seria a principal alavanca de realização dessa meta. Seu fracasso representou, em particular, a incapacidade do nacionalismo burguês de romper os obstáculos ao desenvolvimento da nação atrasada (que implicaria expropriar a própria burguesia nacional e estrangeira e destruir a oligarquia, permitindo o acesso à terra aos camponeses pobres) e, em geral, a impossibilidade do desenvolvimento harmônico da semicolônia sob a etapa de decadência imperialista.

Para o conjunto das frações da burguesia pró-imperialista, e a maior parte da oligarquia regional, tratava-se não da industrialização do Nordeste e da superação dos desequilíbrios regionais do país, mas de intervenção estatal seletiva no combate à seca. Os governos organizariam o financiamento de programas hídricos como a construção de barragens, o subsídio de sementes e, em casos mais extremos, o uso de carros pipa. Esta segunda via, que se firmou historicamente, não eliminou de todo e formalmente a estratégia de desenvolvimento regional do esgotado nacionalismo, através da SUDENE. Este projeto, retomado em parte pelos governos militares, para novamente mostrar sua inviabilidade num quadro de nacional-desenvolvimentismo, degenerou-se rapidamente em controle dos seus programas governamentais e órgãos locais pelas oligarquias, que se esbaldaram nos recursos públicos. No quadro das disputas interburguesas e interoligárquicas pela posse do botim estatal não faltaram nem mesmo as hipócritas críticas da burguesia contra esta última por se utilizar do erário na chamada “indústria da seca”.

O reformismo petista no governo, que se mostrou pró-imperialista, não alterou esse quadro. Manteve alianças e estreitou vínculos com as oligarquias para assegurar a governabilidade. Tem conservado a velha diretriz burguesa de intervenção pontual em infraestrutura hídrica (contrária ao ideário de superar a seca pela via do acesso à terra em poder do latifúndio e do desenvolvimento harmônico da economia nacional) embora acrescentando-lhes um verniz pseudodesenvolvimentista e agregando a ele programas assistenciais, de distribuição de renda e de seguro agrícola.

11. Os pobres do campo no Nordeste vinculam-se à agricultura familiar e ao trabalho assalariado. A agricultura familiar, que se divide em agricultura de subsistência praticada em minifúndios, muitos dos quais com menos de um hectare de tamanho, e a pequena agricultura familiar comercial são as mais golpeadas pelos grandes produtores empresariais ou pela oligarquia latifundiária, que vive parasitariamente da renda da terra. Os agricultores familiares com seus primitivos sistemas de roça e agricultura de coivara vivem uma indescritível pobreza pela incapacidade de produzirem comercialmente. Sua renda anual, conforme confirmam os dados governamentais é tão baixa que não permite qualquer capitalização, e quando muito assegura uma sobrevivência miserável. O aumento demográfico da família sobre a mesma base territorial pressiona pela pobreza e pela expulsão do campo. A policultura das pequenas parcelas, que evita a fome familiar, tem se mostrado inservível para o acesso a bens de consumo manufaturados. Não casualmente, parte da família tem de converter-se em assalariados temporários ou semiproletários do campo. Igualmente se veem compelidos a criar, nos limites do lar, uma pequena indústria artesanal, que supre algumas demandas domésticas. Os pequenos lavradores, roceiros e minifundiários têm se confrontado com as grandes propriedades agrícolas antes de tudo pela permanência na terra e pelo acesso a crédito e maquinário. Parte dos agricultores familiares, que se encontram na

condição de posseiros, parceiros e pequenos arrendatários rurais vive a situação de desenvolver atividades agropecuárias em terras de grandes proprietários e de ter de pagar a estes por seu uso em dinheiro ou produtos. Vivem na dependência do latifundiário, em condições de insegurança produtiva. Aspiram, porém, ter a sua própria propriedade parcelar. Chocam-se contra as condições de concentração de terra a cada dia mais acentuada, cujos latifundiários os obrigam a pagar a renda cada vez maior.

12. Os assalariados agrícolas permanentes ou proletários rurais ainda permanecem um contingente reduzido, dado o grau da pouca industrialização e modernização do campo. Surgiram historicamente ora como trabalhadores pecuaristas sem quaisquer direitos ou benefícios empregados em fazendas de gado no sertão e litoral, ora como trabalhadores livres empregados nos engenhos coloniais. Com o impulso da agroindústria tradicional (álcool, açúcar) destaca-se um contingente na zona da mata pernambucana e alagoana contratados como cortadores de cana e trabalhadores de usinas. Mais recentemente, a agroindústria moderna de capital nacional e estrangeiro passou a aumentar o contingente assegurando certa formalidade contratual, contudo sem deixar de impor uma brutal exploração do operário agrícola. Sua situação, como a dos demais oprimidos do campo, só pode encontrar uma saída na destruição da grande propriedade privada latifundiária e capitalista. Os explorados do campo por sua condição tornam-se aliados naturais do proletariado da cidade. As reivindicações de posse da terra, recursos para manter-se nela, acesso à água e aos programas de irrigação, emprego a todos, salário vital e condições de trabalho dignas são as que respondem de conjunto aos problemas gerais vividos pelos explorados do campo.

13. O fraco desenvolvimento das forças produtivas agrícolas, a situação econômica do pequeno proprietário, o peso da agropecuária familiar e o baixo nível de industrialização do campo determinam que a multiplicidade de reivindicações específicas da luta no campo convirja, mais

do que em qualquer outra região do país, para a solução da tarefa democrática de acesso dos camponeses pobres à terra por meio da reforma agrária. A passagem das terras improdutivas dos latifúndios para as mãos dos camponeses minifundiários é uma tarefa democrática que a burguesia não cumpriu e não mais cumprirá. Será assumida pelo proletariado em aliança com o campesinato. Representa a solução mais imediata para o problema da miséria das massas e da elevação da produção agropecuária. A tarefa concreta da nacionalização do agronegócio e expropriação da agroindústria aparecerá como medida complementar diante da centralidade cobrada por esta inadiável tarefa pendente.

Inúmeros episódios atestam o desenvolvimento desta luta camponesa, durante todo o período republicano, que apontaram para esta solução. No início da República, as contestações camponesas no Nordeste foram reprimidas em sangue com uso de tropas estaduais e federais. Canudos (BA), Caldeirão (CE) e Pau de Colher (PI) foram reduzidos a cinzas com centenas de mortos. No litoral pernambucano e alagoano, onde despontava, além de camponeses, os assalariados agrícolas dos velhos engenhos, foi possível passar à formação de sindicatos rurais e associações de lavradores que enfrentaram a proibição legal e a clandestinidade.

As Ligas Camponesas, que tiveram um papel destacado no Nordeste surgiram embrionariamente em 1940, impulsionadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se dissolveram em 1948, a exceção da Liga Camponesa de Iputinga (Pernambuco), que teve uma existência mais longa. Mais tarde, por outras vias, em 1954 retomou-se o movimento pelas Ligas a partir da luta do engenho Galiléia em Pernambuco. Desta vez, não dirigidas pelo Partido Comunista, mas pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), cuja principal liderança era o parlamentar Francisco Julião. Utilizavam do método da ação direta realizando manifestações e ocupações de terra. Foram capazes de enfrentar o latifúndio, reverter expulsões de terras e impor aos patrões direitos mínimos dos camponeses. Mesmo com a

brutal perseguição e assassinato de lideranças por usineiros, as Ligas impulsionaram a luta de classes no campo, só interrompida pelo golpe contrarrevolucionário de 1964. Sua limitação política esteve na dependência em relação ao nacionalismo burguês do qual tanto PCB quanto PSB eram caudatários. O mesmo PCB atuou o quanto pode para impedir que o proletariado das cidades desenvolvesse uma política independente, capaz de assegurar o apoio às reivindicações camponesas e selar a aliança de classe com os explorados do campo.

A rearticulação do movimento camponês com a abertura democrática, nos anos 1980, levou à fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e ao enfrentamento com a burocracia sindical camponesa (Contag) que se consolidara apoiada pela ditadura. Uma nova etapa de luta camponesa se abriu com a retomada das ocupações de terra. Contudo, a reivindicação de reforma agrária pela via da desapropriação de terras, isto é, mediante prévia indenização, agitada pela direção do MST, expressou e expressa a estratégia reformista da possibilidade de chegada ao poder pela via eleitoral e da transformação agrária nos marcos do capitalismo.

A ascensão do PT ao poder reforçou as ilusões de que as reivindicações dos sem-terra e assentados seriam atendidas. A via do assentamento logo mostrou o fôlego curto e foi esgotando-se diante da redução da capacidade orçamentária dos governos. A pressão do capital financeiro por apoderar-se dos recursos do Estado para financiar seu próprio parasitismo foi decisiva para a reversão dos assentamentos que caíram vertiginosamente durante o período do próprio governo petista. Amadurecem as condições objetivas para que o movimento camponês se liberte das manobras burguesas das desapropriações. A sua substituição pela consigna de expropriação sem indenização e popularização entre os oprimidos dependerão da vanguarda que constrói o partido revolucionário forjar uma fração revolucionária no seio do proletariado agrícola e do movimento camponês.

14. O problema da pequena produção familiar, que apa-

rece sempre a cada novo assentamento, tem sido respondido pelas direções colaboracionistas do movimento camponês com a bandeira do cooperativismo agrícola. Este, porém, não pode escapar da dependência frente ao agrogonômico no que diz respeito a insumos, máquinas, rações e sementes nem do capital financeiro, que, em geral, comanda a oferta de crédito e os meios de pagamento. A solução cooperativista nos marcos do capitalismo é utópica e reacionária; pretende manter e glorificar a pequena propriedade improdutiva diante da grande corporação monopolista, sem reivindicar a expropriação desta última. Com a possibilidade de sua compra e venda, abre-se caminho para a sua reconcentração nas mãos do grande capital.

15. A saída para os pequenos produtores do Nordeste só pode ser encontrada na nacionalização da terra, na sua entrega como concessão para usufruto do agricultor sem processo de compra e venda, assim como na expropriação dos bancos, dos cartéis empresariais e dos monopólios imperialistas, verdadeiros chefes do agrogonômico. Sob o governo operário e camponês, essa transformação será capaz de assegurar crédito barato, equipamentos, instalações e assistência técnica ao homem do campo. A passagem da exploração individual a coletiva por meio da cooperativa de pequenos produtores, sob estas condições, poderá jogar um papel progressista que facilitará o caminho rumo a fazendas estatais, forma da propriedade coletiva no campo. Para que esse caminho se realize, os camponeses explorados do Nordeste, os pequenos arrendatários, posseiros e meeiros, da mesma forma que os semiproletários e assalariados agrícolas precisam abraçar a causa da destruição do capitalismo pela insurreição armada. O que significa realizar a aliança operário-camponesa sob a direção do partido revolucionário. Na medida em que a crise capitalista avance, também os oprimidos do campo sentirão a necessidade de atropelar as suas direções burocratizadas e governistas. Cabe aos revolucionários ajudá-los nessa tarefa que implica, antes de tudo, em edificar o Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira da IV Internacional.

## 6. Movimento operário no Nordeste

1. As classes sociais, para o socialismo científico, são caracterizadas pelo seu papel nas relações de produção social e pelas suas relações com os meios de produção. No caso da classe operária, pode ser definida por não ter outra forma de subsistência a não ser a venda da sua força de trabalho assalariada para os donos dos meios de produção, os capitalistas, e por estar ligada à produção social mercantil e aos meios de produção burgueses. No Brasil, a classe operária formou-se a partir da força de trabalho dos negros libertos da escravidão, de parcelas do campesinato pobre, inseridas na produção manufatureira e pelas levas de imigrantes atraídos ao país para o trabalho nas lavouras de café e nas primeiras indústrias instaladas particularmente no Sul e Sudeste.

2. Na região Nordeste, a formação e desenvolvimento da classe operária se vinculam ao processo de industrialização ocorrido na região que se deu de forma tardia, condicionado pela lei histórica do capitalismo do desenvolvimento desigual e combinado e pela incorporação da economia brasileira à economia mundial, quando esta já transitava à fase de decomposição imperialista. Tanto a industrialização quanto a formação da classe operária no Brasil e no Nordeste ocorrem de maneira altamente concentrada, articuladas com a permanência das formas atrasadas de



produção e de trabalho (camponês, servil, em condições de semiescravidão). Em alguns estados do Nordeste, o processo de industrialização foi incentivado pelo próprio Estado. Já nos anos 1920, ocorreram experiências de instalação de fábricas de tecidos em estados da região, particularmente na Bahia e em Pernambuco, acompanhando o auge da produção algodoeira. Portanto, podemos afirmar um predomínio na região do setor têxtil nos primórdios da industrialização. Isto devido à oferta abundante da matéria-prima, fruto da boa qualidade do algodão e de mão de obra barata. A produção algodoeira no Nordeste vai responder à crescente demanda de tecelagem das regiões Sul e Sudeste.

3. Nas condições de formação da classe operária e de irrupção das primeiras manifestações e greves, o movimento operário esteve sob a influência e direção de correntes anarcossindicalistas. Também se observa o ingresso do reformismo socialdemocrata no final do século XIX e começo do século XX. No caso do anarcossindicalismo, é importante destacar a presença, embora dispersa, de anarquistas em alguns estados do Nordeste como Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco, criando núcleos operários aderentes às ideias socialistas. Em Pernambuco, foi criado o jornal *Tribuna do Povo* que divulgava notícias e informes políticos sobre a luta socialista. Na Bahia, as ideias sociais foram enfatizadas pelas experiências de organizações de trabalhadores de tipo mutualistas e na criação do Centro Operário da Bahia, associado à experiência da II Internacional, que teve seu declínio com o fracasso da social democracia.

4. No 1º de maio de 1903, foi organizada a Federação Operária Alagoana (FOA) por gráficos, sapateiros e alfaiates. O ano de 1907 foi marcado por uma grande greve de ferroviários na Bahia. Em 1908, foi criada a Federação Operária da Bahia, tendo como órgão de veiculação política o jornal *a Voz do Trabalhador*, sob a influência do anarquismo. Nesse mesmo ano, realizou-se uma forte greve dos ferroviários da *Great Western*, em Pernambuco, que rece-

beu uma ampla solidariedade de outras categorias operárias. No Ceará, em 1911, foi criado o Grupo Libertário de Estudos Sociais, permitindo aos cearenses assento no segundo Congresso Operário Brasileiro. A União Operária Alagoana participou do I Congresso Operário Brasileiro, aderindo à Confederação Operária Brasileira (COB) em 1908. Na Paraíba, em 1910, o Sindicato Geral do Trabalho tinha influência do anarcossindicalismo, realizando várias greves entre 1917 e 1920. Nos demais estados do Nordeste, houve uma influência muito grande do catolicismo e do reformismo socialista. Na conjuntura das greves de 1917 e 1919, o movimento operário nas principais capitais do Nordeste estava sob a influência da Federação de Resistência dos Trabalhadores Pernambucanos. Em 1920, foi criado o jornal *Graphico* – órgão da Associação Gráfica do Ceará. Também se realizou, no mesmo ano, o III Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, do qual participaram 39 organizações, entre as quais, sete de Pernambuco. Em 1919, foi convocado o primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, realizado em Salvador, com a presença de várias associações locais. A ação anarquista no estado do Ceará ficou comprometida a partir da luta ideológica tenaz entre os socialistas e os anarquistas, sobre a via eleitoral e a conjuntura política nacional em 1921.

5. O processo de implantação das relações de produção capitalistas e de formação e desenvolvimento da classe operária mostrava, cada vez mais, a incapacidade dos setores anarcossindicalistas de organizar os trabalhadores coletivamente, não só para garantir conquistas importantes no plano salarial e de condições de trabalho, mas também para avançar na consciência de classe de superação da exploração assalariada capitalista. O impacto da Revolução Russa foi fundamental à superação dessa primeira fase de desenvolvimento do movimento operário no Brasil e no Nordeste. As rupturas no seio do anarquismo não tardaram a acontecer, com a formação de grupos comunistas em vários estados do país. No Nordeste, por exemplo, destacou-se o Círculo de Estudos Marxistas e a Universi-

dade Popular, dirigidos por Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, no Recife. Como resultado da centralização dos diversos grupos comunistas, nasceu o Partido Comunista Brasileiro (Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista/PCB), fundado em 1922.

6. O período de 1930 a 1945, da era Vargas, é marcado por um enorme impulso de industrialização incentivado pelo Estado e pela criação de empresas públicas e bancos estatais no sentido de dar incentivos e subsídios aos capitalistas e criar as bases para o desenvolvimento de uma indústria no país. Foi, dessa forma, criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale do Rio Doce. No segundo governo Vargas, em 1953, foi criada a Petrobrás. O número de operários também cresceu no país e no Nordeste. Para se ter uma ideia, em 1920, em Pernambuco, existiam 15.761 operários e, em 1939, já eram 67.999; Bahia, 14.784 (1920) e 41.516 (1939); Alagoas, 6.989, aumentando para 14.677.

7. No período Vargas é instituída uma estrutura sindical marcada pelo atrelamento das organizações ao Estado e ao governo, por intermédio do controle efetuado pela legislação sindical e pelo Ministério do Trabalho. Os sindicatos tinham de ser registrados e reconhecidos pelo Ministério, estavam sujeitos à intervenção do governo em suas assembleias e finanças, não podiam propagandear ideias políticas, sendo obrigatoriamente um único sindicato por ramo profissional. O governo criou, ao mesmo tempo, as chamadas Comissões Mistas de Conciliação e a Justiça do Trabalho para intervir judicialmente nos conflitos entre capital e trabalho. Criou, ainda, o imposto sindical e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No fundo, o objetivo era enquadrar o movimento operário e controlá-lo firmemente, contendo o avanço da luta de classes, em razão das condições de exploração da força de trabalho no país.

8. Apesar do forte controle estatal sobre os sindicatos, cuja legislação sobreviveu ao próprio regime varguista, os trabalhadores continuaram se organizando e lutando.

Com o fim da ditadura varguista, as greves explodiram em vários estados. Em 1948, ocorreu uma greve importante dos têxteis em Fortaleza (CE). Ao longo dos anos 1950, as lutas sociais se ampliaram tanto na indústria e demais ramos da economia urbana quanto no campo. Em 1954, foi realizado o Congresso dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, em Pernambuco. Entre julho e agosto do mesmo ano, foram registradas 37 greves em Pernambuco, envolvendo 44 mil trabalhadores, sendo que foram contabilizadas no ano de 1954 cerca de 70 greves. Em 1959, registrou-se uma greve de estivadores no Recife (PE).

9. Entretanto, a realidade da região Nordeste continuou marcada por profundos desequilíbrios econômicos e sociais, caracterizada pela concentração industrial e pelo atraso econômico no restante da região. Nos anos 50 foi criado o grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o objetivo de propor um plano de ação para a região, desembocando na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, com a suposta finalidade de promover o desenvolvimento na região Nordeste. Ainda nessa década foi fortemente propagandeado o discurso industrializante, visto como a principal solução para os problemas da região em face do atraso econômico e das secas. Surge o projeto de modernização do parque têxtil regional, com a justificativa da abundância de matéria-prima e mão de obra barata. No caso do Nordeste – diferentemente do Sul e Sudeste, por exemplo – não havia uma mão de obra com forte presença de trabalhadores imigrantes. Entretanto, o fato da indústria se concentrar basicamente no eixo Sul-Sudeste, favorecia a migração do trabalhador nordestino, entre os anos 50 e 60 do século XX, particularmente para São Paulo, estado mais industrializado do País, o que renovou e ampliou a classe operária paulista.

10. Dessa forma, a partir dos anos 1960, ocorreu a implantação do programa estatal de desenvolvimento industrial coordenado pela SUDENE. Foram criados parques industriais nas capitais da região e no polo Petroquímico

de Camaçari na Bahia. A capital de Pernambuco, até a década de 1960, era a maior cidade regional, concentrando o maior parque industrial do Nordeste e, conseqüentemente, o maior número de operários. Ainda nesta década, surge a estratégia de induzir a industrialização nordestina via adoção de mecanismos de incentivos fiscais e financeiros. Em se tratando da Bahia é importante destacar que a expansão petrolífera teve início no final dos anos 1950 e a implantação do complexo petroquímico vinte anos depois, fortemente vinculadas à dinâmica do segmento metal-mecânico no referido estado. Destaque-se também a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e dos chamados Polos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste no RN, PB, AL, CE, BA e PE. Os fluxos de capitais para a região Nordeste, em busca da exploração da força de trabalho assalariada operária e dos setores médios e, portanto, da acumulação capitalista se ampliam ao longo dos anos 1980 até o presente momento, estendendo as atividades nos campos comercial, de serviços, financeiro, bancário, construção civil, transporte e agroindústria, com repercussões nas relações entre as classes sociais e no processo de organização sindical.

11. Em termos de luta de classes, na década de 1960, observa-se um contexto de efervescência política, marcado por intensa mobilização de trabalhadores do campo e da cidade e da juventude, ampliação dos movimentos sindicais operários e das lutas no campo, sobressaindo a ação das Ligas Camponesas. O fracasso do nacional-desenvolvimentismo, inaugurado por Vargas, e continuado por João Goulart e o acirramento da luta de classes, mesmo com a colaboração do PCB em face do governo burguês de Jango, preparou o caminho para o golpe militar em 1964, que representou um ataque às organizações políticas, sindicais e aos movimentos sociais, com profundos retrocessos nos direitos democráticos. A classe operária precisava ser disciplinada, controlada, por meio da política repressiva e a contenção da luta de classe para favorecer as condições de acumulação capitalistas das frações da burguesia

nacional e do imperialismo. A ação golpista contou com o apoio da cúpula da Igreja Católica, da alta oficialidade dos militares e de partidos da oposição de direita, liderados pela União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), desembocando em 20 anos de ditadura militar.

12. No final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, grande parte da esquerda do país se lançou à luta armada foquista contra os governos militares, como reação às restrições às liberdades democráticas e a repressão desencadeada pela ditadura. Essas organizações eram, na sua maioria, provenientes da crise política e fragmentação do PCB estalinista diante do fracasso de sua política de colaboração de classes e de apoio aos governos burgueses. Entre as organizações desse período em ações, números de militantes, organizações estruturadas em guerrilhas urbanas, com influência inclusive em estados do Nordeste, destacaram-se a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A luta armada foquista se caracterizou pelo aventureirismo e isolamento em face à classe operária e aos demais explorados, o que facilitou a repressão e desarticulação dos grupos armados de esquerda pelos governos militares. Na Bahia houve uma dissidência no PCB, denominada de Dissidência Comunista na Bahia (DI/BA), que se integrou posteriormente à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), um grupo bem ativo no movimento contra a ditadura militar. A experiência negativa do foquismo e do nacionalismo pequeno-burguês serve de lição e confirmação de que a tarefa consiste em construir o partido-programa no seio do proletariado.

13. Com o esgotamento do chamado “milagre brasileiro”, a falência dos governos militares e a crise econômica, em meio à profunda crise internacional da economia capitalista, com o arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho, o aumento da exploração nas fábricas e empresas e a repressão às lutas sociais, a classe operária desencadeia uma série de greves e manifestações, particularmen-

te no ABC Paulista, que se espalharam a outros estados do país. As centenas de greves ocorridas entre 1978 e 1980 colocaram a necessidade histórica de criação de uma Central Operária, que pudesse aglutinar nacionalmente o movimento operário. O Nordeste não ficou imune a essas tendências, que se configuravam no cenário nacional, de modo que a irrupção de greves e manifestações em vários estados nordestinos exigiam não só melhores condições salariais e de trabalho, como a reabertura política, o fim da ditadura militar e o restabelecimento das liberdades democráticas. Em 1980, seria fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), reunindo o setor de sindicalistas em torno de Lula, que havia liderado as greves no ABC paulista, os remanescentes da luta armada dissidentes do PCB e do PCdoB, organizações que se reivindicavam do trotskismo, setores da intelectualidade pequeno-burguesa, parlamentares de esquerda e grupos de base da Igreja Católica. Em 1983, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), centralizando nacionalmente as lutas do proletariado e demais assalariados.

14. Nos últimos anos da ditadura militar e durante o governo Sarney, houve um grande ascenso do movimento operário, sendo que várias greves foram deflagradas em diversos estados. No Nordeste, destacou-se a greve de 15 dias no polo petroquímico de Camaçari na Bahia, em 1985. A campanha salarial contou com uma grande mobilização e uma alta organização dos trabalhadores, que deflagraram a histórica greve, mesmo enfrentando o aparato repressivo do governo e a intransigência das empresas, que chegaram a demitir 70 trabalhadores. O Sindiquímica instituiu um fundo de greve para amparar os trabalhadores demitidos. Entretanto, não tiveram força suficiente para reverter a situação. A direção burocrática do sindicato tinha fortes tendências voltadas para a política patronal. Ao longo da década de 1990, a direção burocrática da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi aderindo ao chamado “sindicalismo propositivo e de resultados”, praticado exaustivamente pela Força Sindical (FS) e pela socialdemocracia

internacional, transformando-se em aparelho a serviço dos interesses eleitorais e parlamentares do PT, a ponto de colocar-se ativamente contra o avanço da luta organizada do proletariado e demais explorados e colaborar com a governabilidade em face de crises políticas dos governos burgueses. Portanto, o processo de burocratização da CUT e dos sindicatos resultou na fragmentação, isolamento e corporativismo nos períodos de ascenso da luta de classes. Destacou-se a greve dos petroleiros de 1995, que foi traída pela burocracia lulista, esmagada pela polícia e exército no governo de FHC.

15. O avanço da crise econômica mundial, que atingiu profundamente a economia brasileira no final dos anos 1990, particularmente no segundo mandato de FHC e o desgaste dos governos diante dos ataques aos trabalhadores e da implantação das medidas antipopulares neoliberais (privatização de estatais, arrocho salarial, flexibilização das relações trabalhistas e destruição de direitos e conquistas sociais) criaram as condições para a chegada do PT e de Lula ao poder do Estado burguês. Para tanto, a direção reformista petista teve de assinar a chamada “Carta ao Povo Brasileiro”, assegurando ao capital financeiro e às frações da burguesia nacional e imperialista a disposição de manter a ordem, respeitar os contratos e acordos assinados pelos governos anteriores e defender a grande propriedade privada. A conjuntura econômica internacional favoreceu os governos petistas, entre 2003-2008, na extensão do assistencialismo, limitados aumentos salariais e manutenção em baixa do nível de desemprego, amortecendo o impacto da implantação da Reforma da Previdência, com restrições aos direitos sociais, o avanço da flexibilização das leis trabalhistas e a imposição de uma reforma sindical, com maior controle sobre as centrais sindicais, especialmente, da CUT, base dos governos petistas (Lula e Dilma Rousseff). A ameaça da reforma sindical reforçou a fragmentação do movimento sindical brasileiro, levando à instituição de pelo menos uma dezena de centrais sindicais, controlando fatias do proletariado



e demais assalariados. O reformismo (PSol) e o centrismo (PSTU) foram responsáveis pela cisão da CUT e a criação, respectivamente, da Intersindical e Conlutas. Diante dessa realidade, coloca-se a necessidade dos revolucionários defenderem a unidade dos explorados em uma única central operária classista, combativa e democrática.

16. O fato é que o movimento operário no país e no Nordeste encontra-se fragmentado pela ação das burocracias sindicais, transformando-se em aparatos a serviço da política de conciliação de classes com os governos. As diversas manifestações ocorridas em junho/julho de 2013 e contra a Copa em 2014, além das inúmeras greves de trabalhadores assalariados e de setores do operariado nos últimos anos, como as que ocorreram nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Refinaria de Abreu e Lima e nas instalações do Complexo Portuário do Suape (PE), acabaram isoladas pelas direções sindicais. A Intersindical e a Conlutas não só ampliaram o divisionismo como são incapazes de levar a cabo uma política de defesa das condições de vida elementares da classe operária e demais explorados e de combater a burocracia sindical pelega. A tarefa central do Partido Operário Revolucionário (POR) e da vanguarda identificada com a luta de classes consiste em defender a unidade dos trabalhadores diante dos ataques dos governos, em face do avanço da crise do capitalismo em nível mundial e no país, combater a burocratização e estatização dos sindicatos e movimentos sociais e conquistar as organizações sindicais para a luta por meio da ação direta (greves, manifestações, ocupações) e da democracia operária. Para tanto, é preciso enraizar o POR na classe operária, de modo a constituir uma fração revolucionária no seio do proletariado.

## 7. Resolução da Conferência Nordeste

1. A região Nordeste ocupa uma particular posição no capitalismo brasileiro. Expressa nitidamente a formação histórica do capitalismo atrasado e semicolonial. Na unidade nacional, constitui a região que conserva marcadamente o peso das formas pré-capitalistas de produção, sobretudo no campo.

2. O capitalismo atrasado no Brasil faz parte de uma unidade maior que configura o modo de produção e distribuição mundial. A coexistência do mais profundo atraso com o mais adiantado desenvolvimento que caracteriza a economia mundial se expressa com suas particularidades na estrutura dos países semicoloniais. De maneira que há um entrelaçamento geral entre estágios de desenvolvimento capitalista, que se evidencia nas particularidades nacionais.

3. A lei que rege a dialética entre o avanço e o atraso, entre as formas de produção capitalistas plenas e as formas pré-capitalistas é a do desenvolvimento desigual e combinado, revelada pelo marxismo. Está na base da conformação mundial do capitalismo e se refrata nas bases das economias nacionais. No Brasil continental, torna-se necessário conhecer suas manifestações regionais por razões programáticas.

4. A burguesia, por meio de seus governos, partidos e economistas, refere-se aos desequilíbrios regionais. Na realidade, refere-se ao desenvolvimento desigual e combinado,

que conforma a estrutura econômica e social do País. A tese dos desequilíbrios regionais serviu ao nacionalismo burguês, que se apoia na suposta possibilidade de reduzir gradualmente as distâncias e concluir com sua eliminação.

5. O atraso do Nordeste compõe a unidade nacional em que se entrelaçam formas de produção herdadas da formação colonial com as de capitalismo industrial. Os tais dos “desequilíbrios” regionais não são senão reflexos do desenvolvimento desigual e combinado. O que quer dizer que não serão resolvidos nos marcos do capitalismo.

6. As particularidades das diversas regiões que se manifestam no seio da unidade nacional não podem ser consideradas à margem do desenvolvimento geral da economia capitalista. Os contrastes entre formas de produção avançadas do Sudeste e as atrasadas do Nordeste não serão resolvidos, portanto, por meio de políticas econômicas. Inúmeras tentativas foram realizadas nesse sentido. Trata-se de uma contradição que está na base do capitalismo atrasado e do Estado semicolonial.

7. A conservação de heranças pré-capitalistas na estrutura geral da economia capitalista constitui um obstáculo para o livre desenvolvimento das forças produtivas. A estrutura latifundiária altamente concentrada entrelaçada com milhões de pequenas propriedades que servem à produção de subsistência há muito foi reconhecida como uma trava para o desenvolvimento nacional das forças produtivas e em particular para a região. A burguesia, no entanto, não solucionou a tarefa democrática de liquidar com a estrutura latifundiária herdada do passado colonial e de incorporar os camponeses nas formas industriais de produção.

8. O desenvolvimento industrial do Sudeste-Sul não se converteu em força motriz para o conjunto do Brasil. O Nordeste, em especial, não se nutriu do impulso à industrialização iniciado na década de 1930. A concentração industrial no Sudeste-Sul e a pouca industrialização do restante do País correspondem à estrutura geral da economia atrasada em referência às potências.

9. O próprio Nordeste reflete a heterogeneidade do de-

envolvimento do capitalismo nacional. Determinados estados incorporaram formas de produção avançadas mais que outros. A indústria e agroindústria em estados como Bahia, Ceará e Pernambuco são incipientes, mas o suficiente para se diferenciar dos demais estados e indicar a presença do desenvolvimento desigual e combinado no âmbito da região nordestina.

10. Não faltam prognósticos sobre a necessidade de modernizar a economia no Nordeste por meio da industrialização. A burguesia não teve como concretizar essa reconhecida necessidade. A instalação de indústrias se concentra em alguns estados e se dá pela expansão monopolista do capital, que tem por base a penetração do capital imperialista na economia nacional.

11. As inúmeras ações da União e dos próprios governos estaduais em impulsionar as forças produtivas industriais tiveram pequeno alcance e serviram em grande medida aos interesses do capital monopolista. Os empreendimentos de criar uma indústria local como expressão do capital nacional fracassaram ou não tiveram alcance estrutural.

12. O velho problema climático permanece como um tormento para o Nordeste e em especial para as massas camponesas e sertanejas. As diretrizes específicas para a sua solução chegaram apenas a medidas voltadas a amenizar os efeitos devastadores da seca. O fato é que a burguesia há muito se mostrou impotente para resolver o problema da seca e do flagelo dos camponeses. Suas medidas anti-seca servem aos interesses da oligarquia latifundiária, que controla as fontes hídricas. A burguesia e suas frações oligárquicas nordestinas não puderam e não podem considerar a adversidade climática como parte estrutural da economia nacional, do capitalismo atrasado.

Sobre a base das premissas acima, a Conferência Regional do POR conclui:

1. A superação do atraso econômico e social da região se virá com a revolução proletária, da qual fará parte a revolução agrária;

2. A revolução expropriará a burguesia nacional e in-

ternacional e transformará os meios privados de produção em meios coletivos;

3. O proletariado como a classe revolucionária que destruirá o poder econômico e político da burguesia terá de convencer o campesinato de que seu futuro no capitalismo será pior que o presente;

4. A aliança entre a classe operária e o campesinato é decisiva para conquistar o poder do Estado, e implantar o governo operário-camponês (ditadura do proletariado) e realizar as transformações imediatas e impulsionar as estratégicas no processo de transição para o socialismo;

5. A classe operária no Nordeste expressará a luta nacional da classe operária concentrada no Sudeste e Sul. Sua organização é fundamental para se estabelecer a unidade operário-camponesa;

6. É necessário impulsionar as reivindicações mais elementares dos camponeses, muitas delas oriundas da seca;

7. As camadas oprimidas da classe média urbana auxiliarão o processo revolucionário. Deverão ser chamadas a assumir o programa de transformações revolucionárias;

8. As particularidades econômicas e sociais do Nordeste devem ser explicadas e respondidas como parte do programa proletário;

9. A expropriação e nacionalização dos latifúndios é um problema nacional, mas é preciso no trabalho de propaganda e agitação demonstrar as suas particularidades no Nordeste. A bandeira de expropriação sem indenização e controle operário da produção se combina com a tarefa de expropriação e nacionalização dos latifúndios.

10. A penetração da agroindústria e o fortalecimento do proletariado agrícola devem ser motivo de atenção do POR. Para se constituir a aliança operário-camponesa, o proletariado agrícola terá uma importância decisiva.

11. A luta para organizar a juventude oprimida implica expor e explicar as particularidades do desenvolvimento econômico e social do capitalismo no Nordeste;

12. As teses sobre a região do Nordeste são aplicação do Programa do Partido Operário Revolucionário.



---

Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo  
*[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- [anchor.fm|por-massas](https://anchor.fm/por-massas)*

---